



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



IGOR MOMBRINE SOUZA

**A MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ESTABILIZAÇÃO DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (MINUSCA) E O
EMPREGO DO USO DA FORÇA**

Rio de Janeiro
2022

IGOR MOMBRINE SOUZA

**A MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ESTABILIZAÇÃO DA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (MINUSCA) E O
EMPREGO DO USO DA FORÇA**

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro
2022

Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Título do Trabalho: A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) e o emprego do uso da força

Aluno: Igor Mombrine Souza

Semestre Letivo: 2º / 2022

Avaliadores:

Renato Petrocchi – Orientador (Avaliador 01)
Departamento de Estudos Estratégicos
e Relações Internacionais

Erika Kubik da Costa Pinto – Leitor (Avaliador 02)
Departamento de Estudos Estratégicos
e Relações Internacionais

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo tratar da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) estabelecida pelo conselho de segurança da ONU em 2014 e em operação até o presente momento. Através de uma reconstrução histórica do período pré-colonial, colonial e independente busca analisar os motivos que levaram a crise e, que motivaram também as intervenções internacionais que lá ocorreram. O primeiro capítulo discorre sobre o histórico e a geopolítica do país, abordando fatores como clima, relevo, população, recursos energéticos, telecomunicações e aspectos logísticos. O segundo capítulo representa dados referentes a MINUSCA e o terceiro traz uma abordagem do emprego do uso da força em operações de paz através da análise do caso português na RCA. Conclui com uma abordagem da interferência dos fatores mencionados nos capítulos sobre a atual situação do país, a influência dos aspectos logísticos para um possível envio de tropas brasileiras, a importância da imparcialidade na comunidade internacional em operações de paz, a complexidade do planejamento com diversos atores estatais e não estatais e a necessidade de treinamento específico para o emprego do uso da força de forma proporcional as ameaças sem ultrapassar os limites pré-estabelecidos pela comunidade internacional.

Palavras-chave: Republica Centro Africana, MUNISCA, Uso da Força, Operação de Paz, ONU.

ABSTRACT

This work aims to address the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) established by the UN security council in 2014 and in operation to date. Through a historical reconstruction of the pre-colonial, colonial and independent period, it seeks to analyze the reasons that led to the crisis that motivated the international interventions that took place there. The first chapter discusses the country's history and geopolitics, addressing factors such as climate, relief, population, energy resources, telecommunications and logistical aspects. The second chapter represents data referring to MINUSCA and the third brings an approach to the use of force in peace operations through the analysis of the Portuguese case in CAR. It concludes with an approach to the interference of the factors mentioned in the chapters on the current situation in the country, the influence of logistical aspects for a possible deployment of Brazilian troops, the importance of impartiality in the international community in peace operations, the complexity of planning with different actors state and non-state and the need for specific training for the use of force in proportion to the threats without going beyond the limits pre-established by the international community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da República Centro-Africana. (LOMBARD, 2014)	11
Figura 2 - Topografia RCA (GLOBAL SECURITY, 2022).....	12
Figura 3- Divisão étnica da RCA (BALULA, 2018)	14
Figura 4 – Recursos minerais da RCA (IPIS, 2014)	15
Figura 5 - Operações na RCA da Emergency Telecommunications Cluster	18
Figura 6 - Rede de Aeroportos da República Centro Africana (WORLD FOOD PROGRAMME, 2022)	19
Figura 7 - Rede de estradas (LUZ, 2021).....	21
Figura 8 - Trajeto do porto de Douala a Bangui (Google Maps).....	21
Figura 9 – Linha férrea Douala – Belabo (LUZ, 2021).....	22
Figura 10 - Porto de Douala e Porto Point Noire (Google Maps)	23
Figura 11- Trajeto fluvial entre Brazzaville e Bangui. (LUZ, 2021)	24
Figura 12 – Intervenções internacionais na RCA (Imagem do autor).....	33
Figura 13- Componentes da MINUSCA (ONU, 2022)	39
Figura 14 - Efetivo da MINUSCA em maio de 2022. (ONU, 2022).....	43
Figura 15 - Efetivo das missões da ONU em maio de 2022. (ONU, 2022).....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO 1 - FATORES GEOPOLITICOS E HISTÓRICOS DA RCA	10
1.1. Fatores Geopolíticos	10
1.1.1. Clima e Relevo.....	11
1.1.2. População.....	12
1.1.3. Economia.....	14
1.1.4. Recursos Energéticos.....	16
1.1.5. Mídia de transmissão	17
1.1.6. Telecomunicações	17
1.2. Aspectos logísticos Relevantes para emprego de tropa na RCA	18
1.2.1. Infraestrutura do modal aéreo	18
1.2.2. Infraestrutura do modal terrestre	20
1.2.3. Infraestrutura do modal aquaviário	22
1.3. Histórico dos conflitos na RCA	24
CAPITULO 2 – A MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO INTEGRADA MULTIDIMENSIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (MINUSCA)	33
2.1. Histórico das missões de paz na RCA.....	33
2.2. Histórico da MINUSCA	38
CAPÍTULO 3 - A TROPA PORTUGUESA E USO DA FORÇA NA MINUSCA	46
CONCLUSÃO	52

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), estabelecida em 2014 e em operação até o presente momento. Por meio do uso de uma reconstituição histórica da formação da RCA com base em uma seleção de fontes que contribui para o entendimento e a explicação da crise aguda do país no contexto hodierno e a necessidade da intervenção internacional.

Buscaremos entender como a geopolítica subsaariana e a história do país levou a necessidade da intervenção internacional através da missão de manutenção de paz. O tema ganhou mais evidência devido ao fato de que o Brasil foi convidado pelas Nações Unidas para integrar a missão, em novembro de 2017, porém envio de tropas não se concretizou. Interessa-nos também analisar a participação das tropas portuguesas e o emprego do uso da força nesta operação de paz.

A República Centro-Africana (RCA), ex-colônia francesa, é um país localizado no centro da África, sem saída para o mar, e faz fronteira com 6 países. Tem uma economia basicamente de agrícola de subsistência, com limitada exportação, e uma potencial exploração mineral pouco desenvolvida, além de um dos menores IDH do mundo. Sua população é estimada em quase 6 milhões de habitantes, divididos em cerca de 80 grupos étnicos diferentes. É um país de religião predominante cristã (66%), seguido de crenças tribais (18%) e islã (14%). A capital Bangui, localizada a sudoeste, é sua principal cidade. A RCA possui como língua oficial dois idiomas: o francês e o sango.

Desde sua independência da França, em 1960, o país vive uma instabilidade política com rebeliões e insurreições entre grupos armados liderados por antigos militares das forças armadas e líderes regionais. Porém as primeiras eleições democráticas só ocorreriam 33 anos depois, em 1993. Desde então, já houveram dois golpes de tomada do poder. Diversas tentativas de desarmar os grupos haviam sido realizadas ao longo dos anos, sem sucesso, e uma guerra civil se estende por anos. Chama atenção da comunidade internacional a crise alimentar e a quantidade crescente de refugiados.

Diversos atores estatais e não estatais atuaram na região ao longo dos anos. Outras forças de paz foram enviadas por órgãos internacionais para apoiar as tropas

francesas que atuavam na região até a chegada da MINUSCA. Como atores estatais destacamos o governo centro-africano, a França, o Chade e outros países vizinhos. Como atores não estatais podemos citar a ONU e os mecanismos internacionais, além dos diversos grupos armados presentes na região. (SOARES, 2018)

Uma análise importante a ser feita para o envio de tropas é a dos meios de infraestrutura que podem afetar o fluxo logístico. Deve-se levantar a quantidade de portos e aeroportos e suas capacidades, as principais estradas, ferrovias, modal aquaviário e as suas condições de trafegabilidade, infraestrutura de instalações de apoio quanto a localização, segurança, rede elétrica, rede fluvial e de esgoto. O modal aquaviário e os rios navegáveis da região podem servir como canal logístico primário ou secundário em determinadas operações.

De igual modo deve-se analisar as condições climáticas e meteorológicas que possam influenciar nas operações desde a escolha dos meios que serão utilizados como uniforme, veículos, armamento e munição a qual período mais favorável para se voar, navegar ou percorrer certo trajeto terrestre.

As causas da guerra civil, segundo Balula (2018, p.36), partem do fato da RCA ter mantido os padrões de subdesenvolvimento e instabilidade ao longo das últimas décadas, constituindo-se como um Estado frágil, com grande ineficácia no plano político interno. As causas do conflito têm associação com a fragmentação étnica, com focos de tensão de cunho religioso e à aspiração por poder político e econômico.

Diante da evolução das missões de paz enviados pela comunidade internacional ao longo do tempo e a atual zona cinzenta para definição do emprego do uso da força entre os extremos de missões de paz absoluta e a guerra absoluta, analisando em especial o caso das tropas portuguesas que se encontram no teatro de operações da MINUSCA.

Esta pesquisa será dividida em três capítulos, sendo o primeiro uma revisão histórica e geopolítica para analisar os antecedentes dos conflitos após a independência da República Centro Africana até os dias atuais. O segundo capítulo abordará a atual missão das Nações Unidas que busca estabilidade política do país, a MINUSCA, desde a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), os primeiros efetivos e meios empregados até o atual momento. E o terceiro capítulo abordará o emprego do uso da força na missão de paz, analisando o caso das tropas portuguesas.

Desta forma busca-se entender os motivos históricos dos conflitos na República Centro-Africana mesmo com diversas forças tarefas durante décadas, pontuar as principais atividades realizadas pelas MINUSCA desde o seu estabelecimento até o presente momento e analisar o emprego do uso da força nesta missão.

CAPITULO 1 - FATORES GEOPOLITICOS E HISTÓRICOS DA RCA

1.1. - Fatores Geopolíticos

A República Centro-Africana (RCA), ex-colônia francesa, é um país localizado no centro da África, sem saída para o mar, com um total de 5.920km de fronteiras terrestres (CIA, 2021) com 6 países: a norte, faz fronteira com o Chade (1556 km); a leste, com Sudão (174 km) e Sudão do Sul (1055 km); a sul, com a República Democrática do Congo (487 km) e com a República do Congo (1747 km) e a oeste, com os Camarões (901 km).

Entre seus vizinhos são quatro países que viram conflitos violentos crônicos: Chade para o norte; Sudão e Sudão do Sul a leste; e o Democrata República do Congo ao sul. Mesmo o único vizinho que há muito tempo conflito armado evitado, Camarões a oeste, foi recentemente puxado para dentro. Além disso, Camarões lucra com sua posição ao espremer as importações em CAR com pesados deveres oficiais e não oficiais. CAR é um país com muita terra, poucas pessoas e pouca a infraestrutura. Existe uma grande diversidade ecológica. (Lombardi, 2016)

A RCA apresenta uma área de 623.000 km², tendo como capital Bangui, situada a sul, com cerca de 600.000 habitantes.



Figura 1 - Mapa da República Centro-Africana. (LOMBARD, 2014)

1.1.1. Clima e Relevo

Apresenta clima tropical com invernos quentes e secos e verões suaves a quentes e úmidos. Denominado pela Encyclopedia Britannica (2022) como clima úmido de savana prevalece no norte e uma zona de floresta equatorial no sul. Durante a estação chuvosa (de março a outubro ou novembro), as fortes chuvas ocorrem quase diariamente, e o nevoeiro matinal é típico. A precipitação anual máxima é de 71 polegadas (1.800 mm), e a precipitação anual média é de 59 polegadas (1.500 mm). A estação seca, geralmente começa em outubro e termina em fevereiro ou março. O ar fica seco e as temperaturas variam entre 18 e 40 °C, com alta amplitude térmica. Tempestades de areia ocorrem no extremo norte.

Tem seu relevo caracterizado por um vasto planalto ondulante com uma linha de colinas que se estendem de nordeste para sudoeste. A altitude média de 635 metros. Seu ponto mais alto fica no Mont Ngaoui (1.410 m), na fronteira com Camarões e o ponto mais baixo fica sobre o Rio Ubangui (335 m) (CIA, 2021).

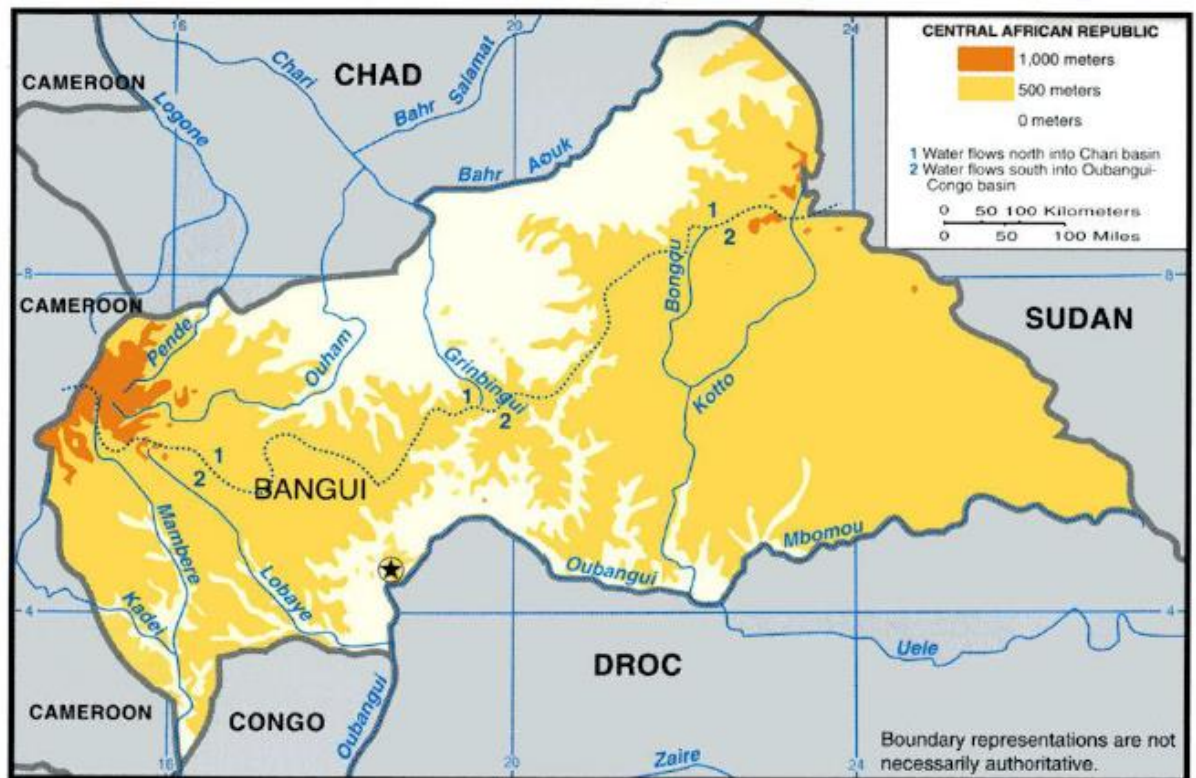


Figura 2 - Topografia RCA (GLOBAL SECURITY, 2022)

O uso da terra é estimado em 36% de uso florestas, 8.1% em agricultura, 2.9% em terras aráveis, 0.1% em culturas permanentes, 5.1% em pastagem permanente e 55.7% em outros fins. (CIA, 2021).

1.1.2. População

A população aproximada de 5.357.984 de habitantes tendo uma baixa densidade demográfica de menos de 10 hab/km². Enfrenta diversos desafios sociais. No setor de saúde enfrenta um elevado índice de portadores de HIV, as condições sanitárias são precárias e contribuem para o país ter uma elevada taxa de mortalidade infantil, bem como uma baixa expectativa de vida, ocasionada pelas mortes causadas por doenças como hepatite A e E. Além disso, o país possui uma elevada taxa de analfabetismo, acima de 60% da população, dificultando a adoção de políticas públicas. A expectativa de vida é inferior a 50 anos. Sua distribuição demográfica em 2019 era de 39,7% até 15 anos, 28,3% entre 15 e 29 anos, 17,4% entre 30 e 44 anos, 9,4% entre 45 e 59 anos, 4% entre 60 e 74 anos, 1% entre 75 e 84 anos e 0,2% acima de 85 anos. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2022).

A crise humanitária na RCA piorou desde um golpe de Estado em março de 2013. A alta taxa de mortalidade e a baixa expectativa de vida são atribuídas a taxas

elevadas de doenças evitáveis e tratáveis (incluindo malária e desnutrição), um sistema de saúde inadequado, precariedade segurança alimentar e conflitos armados. Algumas das piores taxas de mortalidade estão na região de mineração de diamantes no Oeste do país, que está empobrecida devido às tentativas do governo de controlar o comércio e a queda do valor dos diamantes.

Para piorar a situação, o governo e os doadores internacionais reduziram o financiamento da saúde nos últimos anos. O fraco sistema educacional e a baixa taxa de alfabetização também sofreram como resultado do conflito em curso no país. Muitas escolas fechadas, com pouca estrutura e professores desqualificados. Inclusive na capital, Bangui, o Estado possui limitada capacidade de fornecer serviços básicos como educação, saúde, transportes e de segurança pública (ABDENUR, 2017).

A extrema pobreza, violações de direitos humanos, desemprego, infraestrutura precária e falta de segurança e estabilidade levaram ao deslocamento forçado interna e externamente. Desde que a crise política que resultou no golpe de março de 2013 aproximadamente 600 mil pessoas fugiram para o Chade, a República Democrática do Congo e outros países vizinhos, enquanto outras 600 mil estão deslocadas internamente. O país tem o segundo menor IDH do mundo, ocupando a posição 188 na última divulgação feita em dezembro de 2020.

O país tem uma grande divisão étnica composta por: Baya 28,8%, Banda 22,9%, Mandjia 9,9%, Sara 7,9%, M'Baka-Bantu 7,9%, Árabe-Fulani (Peul) 6%, Mbum 6%, Ngbanki 5,5%, Zande-Nzakara 3%, outros centro-africanos Grupos étnicos da República 2%, grupos étnicos fora da República Centro-Africana 0,1%. Estão distribuídos conforme figura abaixo:

está atrelada ao Euro, o franco CFA. É um dos países mais pobres do mundo. Segundo a ONU, o número de pessoas subnutridas chega a 43% da população. (CIA, 2021)

A fraca economia tem como atividades principais o setor primário, especialmente o cultivo de café, mandioca, algodão, e cará, mesmo possuindo riquezas como petróleo, urânio, diamantes, ouro. Com isso, não há um comércio desenvolvido, que reflete na precária infraestrutura do país. (LUZ, 2021)

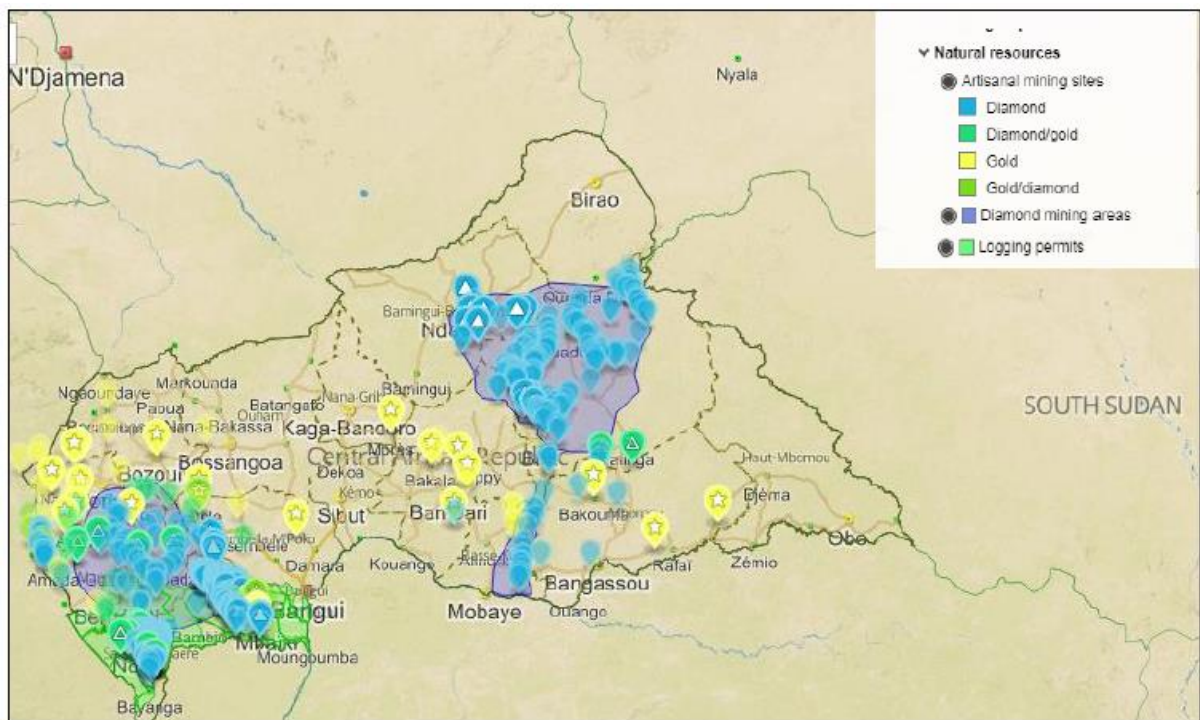


Figura 4 – Recursos minerais da RCA (IPIS, 2014)

O Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) tentam intervir para reverter o crescimento dos gastos do governo, incentivar um código de investimento mais aberto e fornecer incentivos à agricultura e silvicultura, a República Centro-Africana submeteu-se a um programa de ajuste estrutural em 1986. Na década de 1990, o FMI pediu mais ajustes, como desvalorizar o franco CFA e privatizar vários negócios como bancos comerciais e uma empresa de distribuição de petróleo. À medida que a França reduziu seus compromissos financeiros com suas ex-colônias na África, a situação financeira se deteriorou ainda mais. (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2022)

Na década de 1990, um declínio nos preços internacionais das culturas de rendimento, o custo inflacionado das importações causado pelo transporte deficiente para o país, o contrabando de diamantes através da fronteira e a crise política

pressionaram ainda mais a economia. Diante de todas as dificuldades a corrupção e a má gestão financeira tiveram muita influência no declínio econômico. Afetando o governo no pagamento de salários dos militares e do setor público. Crise política resultante teve continuidade no século 21.

O FMI tem trabalhado em estreita colaboração com o governo no intuito de fomentar reformas estruturais que resultaram em melhoria na transparência orçamentária, porém outros problemas permanecem. Em 2012, o Banco Mundial aprovou US\$112 milhões em financiamento para infraestrutura de transporte e comércio regional entre Bangui e o porto de Douala, em Camarões. Em julho de 2016, o FMI aprovou uma linha de crédito estendida de três anos no valor de US\$ 116 milhões; em meados de 2017. (CIA, 2021)

Com a participação no Processo Kimberley, uma certificação da origem dos diamantes no intuito de evitar a compra e venda de diamantes procedentes de exploração de área de conflito e guerras civis que infrinjam os direitos humanos, levantou uma suspensão parcial da proibição de exportações de diamantes da RCA em 2015, mas a insegurança persistente provavelmente restringirá o crescimento real do PIB (GJEPC, 2013).

Seu PIB é de 4,483 bilhões, ocupando a posição no ranking mundial número 180 de 228, tendo o seu valor per capita em US\$900, ocupando a posição no ranking mundial número 227 de 229 (CIA, 2021). A composição do PIB por setor de origem é de 43,2% na agricultura, 16% na indústria e 40,8% em serviços. A maior parte de suas exportações, segundo dados de 2019, foi para China (41%), Emirados Árabes (19%) e França (7%), já as importações foram: Índia (18%), França (12%), Estados Unidos (11%), China (9%), Holanda (7%), Bélgica (7%), Malta (6%) (CIA, 2021).

1.1.4. Recursos Energéticos

Situada num planalto fértil e abundante em recursos hídricos, a República Centro-Africana tem um potencial agrícola considerável. As cachoeiras do país são fontes de energia hidrelétrica , e as barragens localizadas no rio Mbali Lim, a noroeste de Bangui , produzem cerca de 80% da eletricidade do país (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2022).

Sua produção elétrica anual foi de 171,4 milhões de KWh e seu consumo de 159,4 KWh, dados de 2016, ocupando a posição 194 de 219 no mundo. A população com acesso a eletricidade era de 3% em 2019. A matriz energética é dividida em aproximadamente 50% de combustíveis fósseis, 50% hidroelétrica e menos de 1% em outras fontes renováveis (CIA, 2022).

1.1.5. Mídia de transmissão

A rede de TV governamental, Radiodiffusion Television Centrafricaine, fornece transmissão doméstica limitada. A rede estatal de rádio é complementada por um pequeno número de estações privadas de transmissão, bem como algumas estações de rádio comunitárias e transmissões de pelo menos 2 emissoras internacionais estão disponíveis. (CIA, 2022).

1.1.6. Telecomunicações

A rede é composta principalmente por retransmissão de rádio micro-ondas e de baixa capacidade; conflito em curso tem obstruído telecomunicações e desenvolvimento de mídia, embora existam provedores de serviços de Internet e operadoras de telefonia móvel, o rádio é o meio de comunicação mais popular.

No uso doméstico o serviço telefônico também é limitado com menos de uma conexão de linha fixa por 100 pessoas; com a presença de vários provedores, o uso do celular está aumentando, porém, a maioria dos serviços de telefonia fixa e móvel-celular está concentrada em Bangui.

A acesso público a informação pela população é limitado, com exceção eventual das regiões próximas a capital, e os serviços de telecomunicações precisam ser providos de forma suplementar com apoios externos como da Emergency Telecommunications Cluster que é uma rede de organizações que operam em conjunto para prover serviços de comunicações em casos de emergências humanitárias.

A ETC fornece serviços de internet e comunicações de segurança, via rádio, em 13 áreas operacionais comuns em toda a RCA- Alindao, Bambari, Bangassou,

Bangui, Batangafo, Birao, Bossangoa, Bria, Bouar, Kaga-Bandoro, N'Dele, Paoua e Zemio. Tem 11 centros de operações de segurança, 580 redes de serviços humanitários, 56 serviços a ONG's e agencias da ONU e cabines telefônicas gratuitas (ETC, 2022).

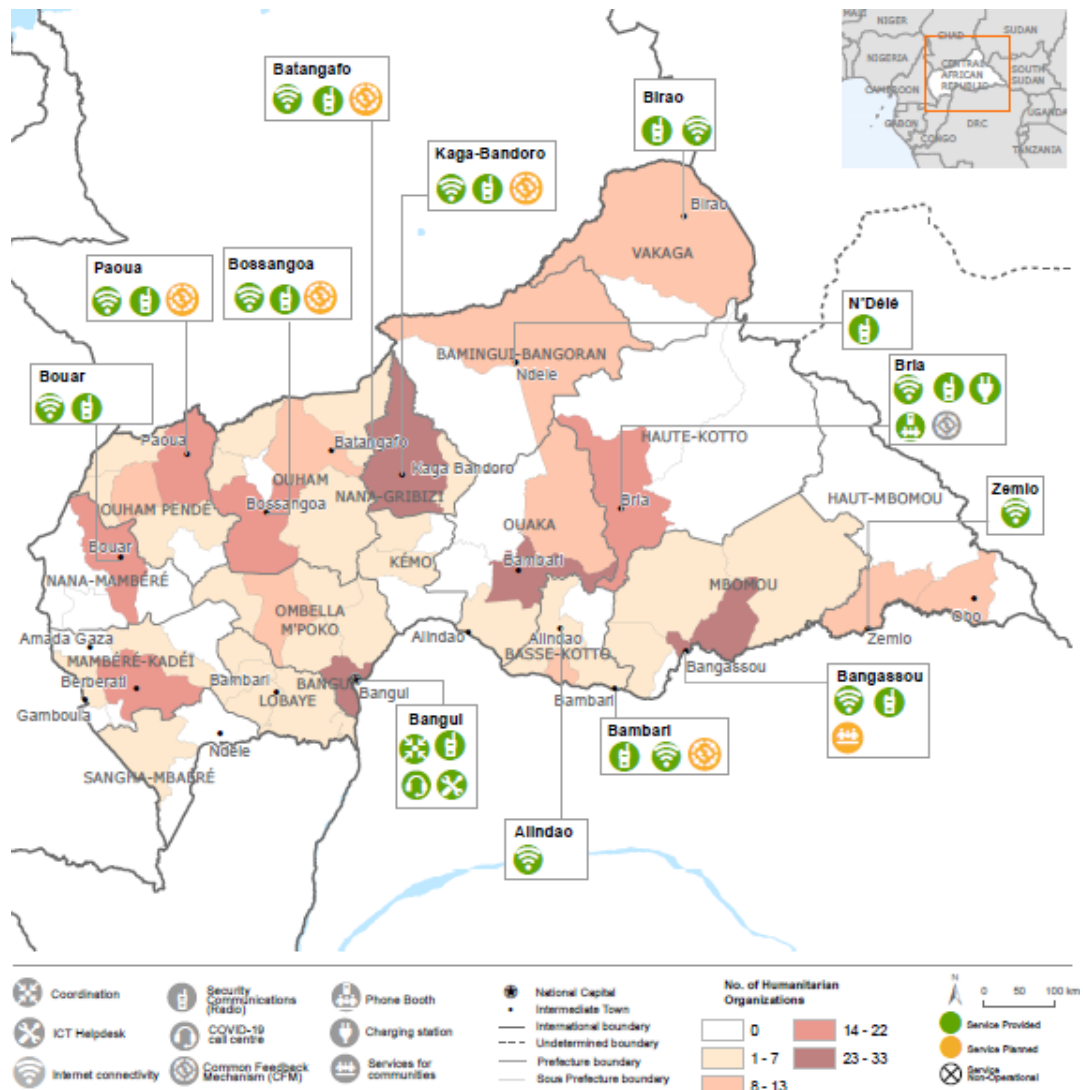


Figura 5 - Operações na RCA da Emergency Telecommunications Cluster (ETC, 2022)

1.2. Aspectos logísticos Relevantes para emprego de tropa na RCA

1.2.1. Infraestrutura do modal aéreo

A infraestrutura que proporciona o emprego dos meios que utilizam o espaço aéreo possui características específicas como a velocidade média de descolamento elevada e uma necessidade de apoio em solo adequada. A infraestrutura de

terminais aéreos tem aspectos importante elencados no Manual de Transporte para uso das Forças Armadas como a existência de pistas de pouso, sua capacidade e dimensões, estrutura de controle de tráfego aéreo, a existência de pátio de estacionamento de aeronaves e estrutura de apoio para abastecimento em solo. (BRASIL, 2013).

A República Centro Africana possui uma baixa capacidade aeroportuária sendo apenas um aeroporto internacional localizado na capital, Bangui, um secundário na cidade de Berberati, a 489 Km da capital, e um total de 41 pistas de pouso, sendo 36 apenas pistas de pouso, 04 aeroportos domésticos e 01 internacional, dentre eles somente 12 possuem pista com extensão entre 1500 e 2000 metros. Os Aeroportos de Bangui e de Berberati são os únicos que possuem pista asfaltada (LUZ, 2021).

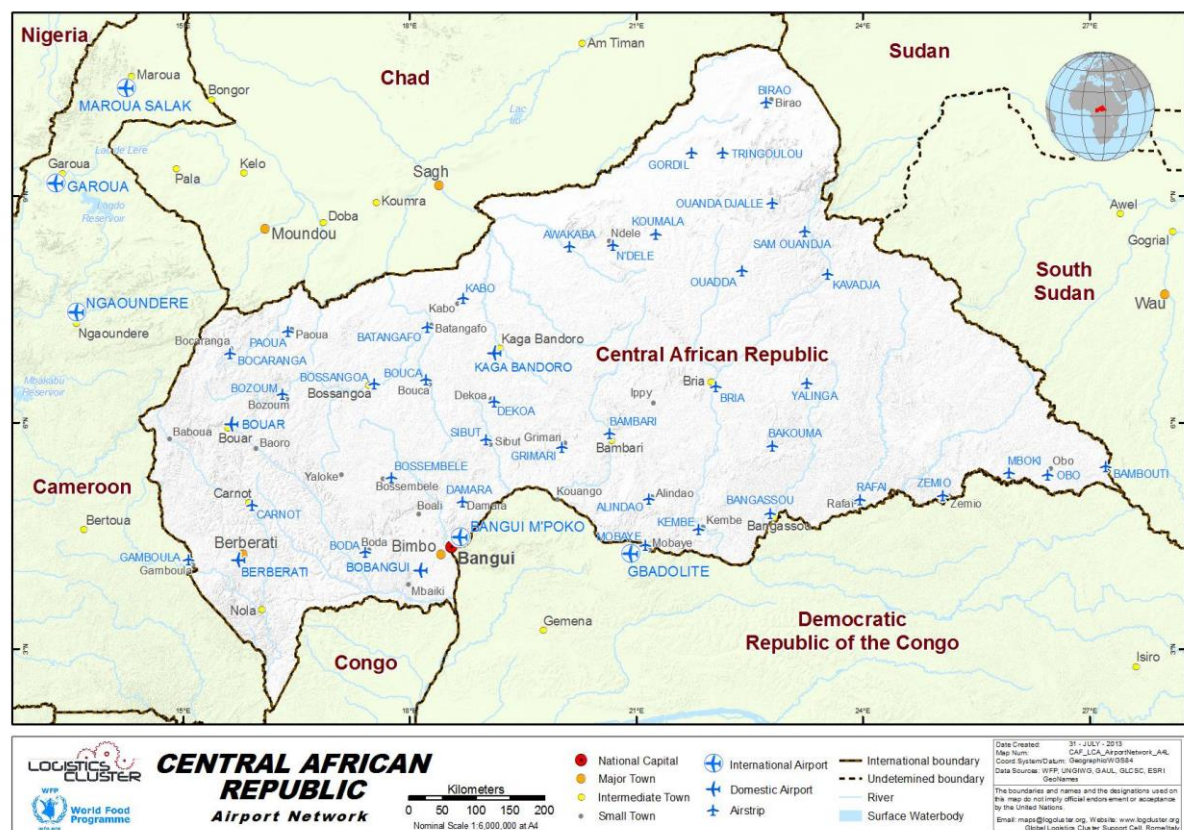


Figura 6 - Rede de Aeroportos da República Centro Africana (WORLD FOOD PROGRAMME, 2022)

O aeroporto de Bangui, único com requisitos internacionais, tem poucas opções de voos, que fazem conexões com o aeroporto de Paris, na França, o de Brazzaville, no Congo e o de Douala, em Camarões dentre outras cidades do continente africano. Capacidades encontradas neste aeroporto: terminal de passageiros, alfândega, terminal de carga, disponibilidade de combustível de

aviação, entre outros. Sua pista de pouso possui a extensão de 2600 metros, com a largura de 45, o que atende aos requisitos internacionais. A aeronave Boeing 747 é a maior que pode ser descarregada, porém as atividades logísticas são limitadas pela reduzida infraestrutura de apoio ao solo.

O Exército Brasileiro enviou uma comitiva do Centro de Operações Logísticas do Comando Logístico (COLOG) à República Centro Africana no início de 2018 e as análises feitas do aeroporto de Bangui indicaram que havia espaço suficiente para manobra de diversas aeronaves brasileiras, razoável infraestrutura de pista, taxiway e pátio asfaltado. Avaliou também as condições meteorológicas, com atenção as nuvens de poeira, relatando necessidade de um cuidado maior na manutenção dos meios (LUZ, 2021).

Analizou também a cidade de Bambari, que seria o destino provável do Brasil. O aeródromo local foi avaliado como tendo uma precariedade de pista de pouso, não asfaltada e com desníveis, e ausência de infraestrutura de apoio ao solo. Porém, mesmo assim, em dias de condições climáticas favoráveis, é possível obter condições praticáveis para pouso de aeronaves C-130, C-150 e helicópteros da FAB. Tendo como alternativa, ainda, a utilização do Aeroporto de Douala, em Camarões, com infraestrutura muito mais avançada, porém distante 1400 km de Bangui, e 1633 km de Bambari.

1.2.2. Infraestrutura do modal terrestre

O modal terrestre é dividido em rodovias e ferrovias. E no aspecto logístico é interessante que se avalie as confecções entre os pontos de origem e destino desejado, que deve ser analisado do porto de Douala, em Camarões, a Bangui.

A rede de estradas na República Centro Africana tem a extensão total de 24000 quilômetros. Sendo a 4500 km de estradas federais e 3900 km regionais e 15600 km são de trechos locais ou estradas rurais que ligam pequenas vilas. Apenas 700 km são asfaltados. (CIA, 2022)

O estado de manutenção das rodovias é precário, com alto nível de desgaste e sem manutenção adequada do governo centro africano, o que torna muitas estradas intransponíveis em períodos chuvosos, isolando comunidades. (LUZ, 2021)

férreas no Camarões que chegam à cidade de Belabo, próxima à fronteira com a RCA, e já é bastante utilizada para o envio de fertilizantes, derivados de petróleo e suprimentos para o Chade.

A local de desembarque de meios da linha férrea fica cerca de 327 km da fronteira com a República Centro Africana, o que significa 500 km a menos na distância percorrida pelas estradas no interior de Camarões. Porém o modal ferroviário demanda mais transposições de cargas, navios-trem-caminhões, o que aumenta a demanda logística. (LUZ, 2021)

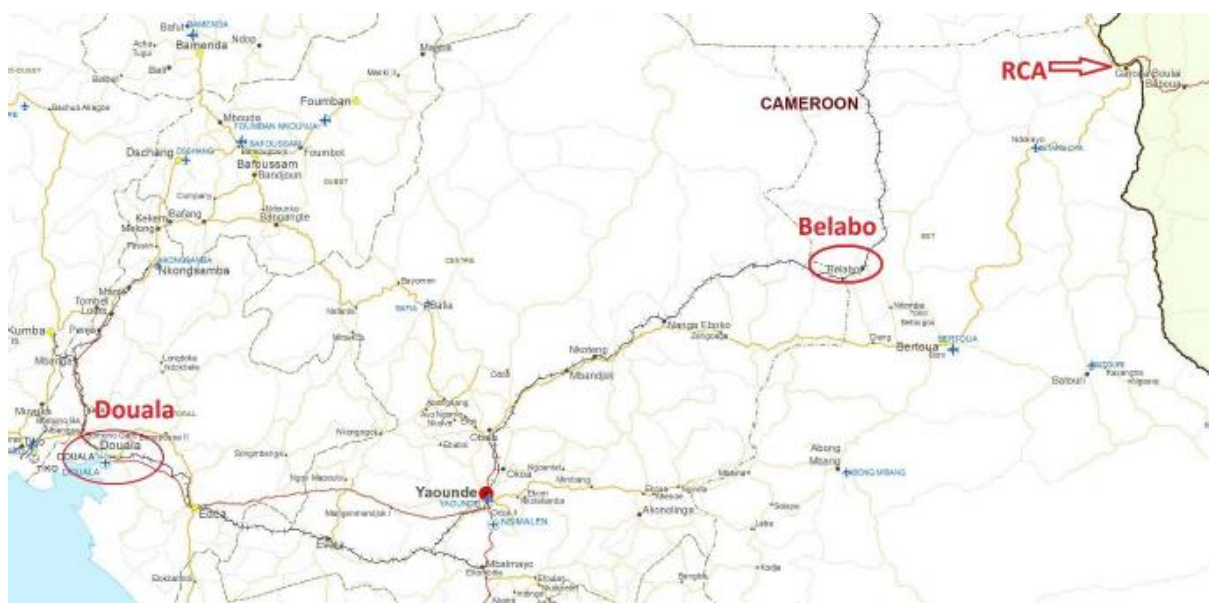


Figura 9 – Linha férrea Douala – Belabo (LUZ, 2021)

1.2.3. Infraestrutura do modal aquaviário

A República Centro Africana, por não ter acesso ao mar, tem dependência portuária de outros países que tenham portos com capacidade suficiente para receber meios militares como Camarões e República do Congo e posterior transporte terrestre até o interior do país, o que inclui passagem por barreiras alfandegárias.

Camarões tem três portos marítimos (Douala, Limbe e Kribi) que tem tempo de viagem partindo do Rio de Janeiro entre 15 e 18 dias. O porto de Limbe é destinado a transporte de madeira e derivados de petróleo, o de Kribi é o mais moderno, com calado de águas profundas com 16 metros, inaugurado em 2018, e o porto da capital Douala é o que tem maior parte das operações portuárias, porém com profundidade

média de 5,5 metros com funcionamento limitado aos períodos de maré alta, distante aproximadamente 1400 metros de Bangui.

Já a República do Congo possui apenas um porto marítimo localizado na cidade de Point Noire, de águas profundas com calado de 16 metros, que tem grande fluxo para a cidade de Brazzaville, de onde é possível navegar pelo Rio Congo e Rio Bangui até a República Centro Africana.



Figura 10 - Porto de Douala e Porto Point Noire (Google Maps)

Apesar da República Centro Africana ter diversos rios em seu território, sua grande maioria não possui as condições mínimas para ser realizado transporte de carga. O único rio que apresenta parcialmente as características necessárias é o Rio Ubangui (ou rio Bangui), nos períodos de chuva entre junho de dezembro. O rio tem ligação com o Rio Congo, que passa pela cidade de Brazzaville, que tem conexão com a linha férrea até o Porto Point Noire, na República do Congo. Na capital federal, Bangui, existe um porto fluvial que tem capacidade de receber meios vindos de Brazzaville.

O tempo médio para o deslocamento entre Brazzaville e Bangui, sob condições meteorológicas favoráveis, é de 21 dias, em média. A distância entre as cidades é aproximadamente 1180 km. O fluxo de embarcações que fazem esse

trajeto é bem reduzido, chegando a três embarcações por mês, conforme LUZ (2021).



Figura 11- Trajeto fluvial entre Brazzaville e Bangui. (LUZ, 2021)

1.3. Histórico dos conflitos na RCA

No período pré-colonial, antes da colonização francesa (1905 a 1960), a República Centro Africana teve seu território habitado por diversas tribos bantos, negros sudaneses, etíopes e pigmeus. Estima-se que a região foi ocupada desde o século VII pelo império de origem árabe Dar Al Kuti² (BRADSHAW, 2007) que se aproveitou da região para utilizar da mão de obra escrava (BALULA, 2018).

A França colonizou o território da Republica Centro Africana durante o período de 1905 a 1960, o qual era denominado Ubangui-Shari. A administração francesa não teve interesse político em fazer investimentos econômicos relevantes (CAMPOS, 2016). Foi uma colonização coercitiva e baseada na violência para obter controle da população local e explorar a recursos, aumentando as divisões sociais, rivalidades étnicas e religiosas até a exclusão política de parte da população (ABDENUR, 2017).

Com o fim da segunda guerra mundial e o surgimento do pan-africanismo, ideologia que acredita na união dos povos do continente africano na luta contra o preconceito racial e os problemas sociais (Kuryla, 2018), houve uma grande mobilização de movimentos de libertação de diversos países coloniais africanos.

A França realizou um processo de descolonização da RCA por cerca de 20 anos, culminando na sua independência em 1960. Porém o processo não conseguiu torna-la de fato independente, tendo diversas intervenções durante as últimas décadas. Em 14 de agosto de 1960 David Dacko foi nomeado Chefe Provisório da RCA (Boas, 2014) e foi deposto por Jean Bédel Bokassa em 1966. Durante o período em que Bokassa esteve no poder foram criadas uma pequena infraestrutura das instituições do Estado.

Bokassa se autoneomeou presidente vitalício e mais a frente, em 1976, Imperador da África Central com uma cerimônia avaliada em 20 milhões de dólares, com apoio internacional. Apoio esse principalmente pelo fato de ser aliado aos países ocidentais no período da Guerra Fria e por recompensar a seus 'patronos' em Paris com os recursos naturais do país como diamantes que foram dados como presentes para os principais políticos franceses e funcionários do alto escalão. (BOAS, 2014)

Em 1979, o império centro africano de Bokassa teve fim, após abuso no poder, como a prisão de centenas de crianças em idade escolar, e até execução de algumas. Diante do aumento dos protestos contra a decisão de Bokassa de que todas as crianças em idade escolar deveriam usar uniformes escolares de sua fábrica a França interveio, destituiu Bokassa e o substituiu pelo presidente anterior, David Dacko. Como já era de se esperar, a mudança não trouxe o fim dos problemas da RCA, pelo contrário, marcou o início de um longo período de instabilidade.

David Dacko ficou no poder entre setembro de 1979 até setembro de 1981, porém com a manutenção da instabilidade política foi deposto novamente, desta vez pelo general André Kolingba. O governo civil foi restaurado em 1986, com o presidente Kolingba. A pressão por eleições multipartidárias aumentou e o MDREC (Movimento Democrático pela Renovação e Evolução na África Central) foi constituído. Porém apenas em 1993 ocorreram eleições livres, que foram vencidas por Ange-Felix Patassé, ex-primeiro-ministro do governo Bokassa.

Apenas em 1993, com as eleições organizadas pelas ONU, é que a RCA teve a sua transferência democrática de poder. Durante este processo, a França supervisionou todas as alterações executivas, dadas as suas antigas relações de poder colonial. Desde então, têm-se vem ocorrendo diversas insurreições e

rebeliões entre grupos armados liderados por ex-militares e líderes regionais, em busca do poder, que levou a dois golpes de estado com sucesso. (Lombard, 2016)

O presidente Patassé ficou à frente do país entre outubro de 1993 e março de 2003, quando sofreu um golpe de estado pelo líder rebelde François Bozizé que posteriormente, em 2005 organizou eleições e foi eleito pela população. No entanto, isso não trouxe estabilidade a República Centro Africana. Bozizé foi reconhecido por um tempo como o candidato preferido da França para a presidência, mas seu período a frente da presidência ficou marcado por fraudes eleitorais generalizadas e instabilidade contínua.

As instituições políticas se constituíram como um “Estado fantasma” para a maioria de sua população com um aparato governamental praticamente inexistente e predatório, marcado por crises governamentais e golpes de Estado. Mesmo na capital, Bangui, se destaca a ineficiência na segurança, educação, saúde e transportes (ABDENUR, 2017).

Esta é, então, a história por trás da rebelião de Michel Djotodia, um ex-funcionário público, da aliança Séléka, e não é particularmente difícil entender por que terminou com uma rebelião armada, que já era algo de se esperar pelo histórico dos conflitos internos. O regime de Bozizé era completamente corrupto e poucos acreditavam que deixaria a presidência voluntariamente. Boas (2014) considera que Djotodia poderia ter boas intenções quando formou a aliança Séléka, mas a falta de coerência, unidade e organização da aliança foram problemas que surgiram com o tempo.

A maioria dos integrantes da aliança Séléka era da minoria muçulmana do país, mas no início isso não era um grande problema, pois as diferenças religiosas e sectárias não havia sido uma divergência importante no país anteriormente. O principal problema após a tomada do poder foi da aliança Séléka não ter um plano para governar o país. A maioria dos membros da aliança Séléka era muçulmana, mas a única coisa que os uniu foi o desejo de se livrar do presidente Bozizé. (BOAS, 20014)

Quando François Bozizé assumiu o poder em Bangui em 2003, e quando Michel Djotodia fez o mesmo em 2013, a maioria de seus apoiadores armados eram muçulmanos do Chade ou Darfur, e eles cumpriram com os seus objetivos e foram atrás da sua recompensa pelo trabalho posteriormente com emprego de violência, saques, atividades nas quais, reconhecidamente, muitos centro-africanos também

aproveitaram o caos para participar. O que fez com que pessoas que viviam na RCA mas com ligações familiares e ancestrais ao norte eram também fossem vistas com desconfiança. (Lombard, 2016)

Em novembro de 2012 teve início uma revolta no país, quando três antigas facções rebeldes, que haviam assinado um acordo de paz em 2007, se uniram sob a bandeira da aliança Séléka, acusando o governo do presidente Bozizé de não honrar os termos do acordo de 2007, e, posteriormente, iniciou uma campanha armada (BOAS, 2014).

A elite política pós-colonial, predominantemente cristã, concentrou seu poder em Bangui. Desde o período colonial, essa elite associa as populações do Nordeste do país (mesmo os indivíduos de alto nível educacionais e/ou que chegaram a posições ministeriais) ao islamismo e a interesses externos devido aos seus laços étnicos e sociais com grupos chadianos e sudaneses. Nesse contexto, a população dessa região do país é excluída do governo nacional e do controle dos recursos naturais, além de alegar sofrer abusos dos governos nacionais liderados por cristãos. Justamente um dos fatores que gerou oposição de parte da população em relação aos membros da coalizão Seleka foi a visão deles como estrangeiros. (ABDENUR, 2017)

Suas queixas eram inicialmente sobre pagamentos prometidos a eles sob o acordo de 2007, que alegavam nunca ter recebido. No entanto, à medida que conquistavam território no terreno, os rebeldes do Séléka também começaram a apresentar uma série de acusações políticas abordando questões que vão desde a libertação de presos políticos até corrupção e abuso de poder por parte do presidente.

A rebelião teve início na província de Haute-Kotto, que faz fronteira com o Sudão, os rebeldes romperam as posições defensivas das forças do governo e capturaram várias vilas e cidades, incluindo a cidade estrategicamente importante de Bambari o centro de diamantes de Bria e a cidade de Sibut, a cerca de 150 quilômetros da capital. Em seguida, iniciaram negociações com o governo Bozizé em Libreville, capital do vizinho Gabão, sob a tutela do grupo regional Comunidade Econômica dos Estados da África Central. O resultado pretendido desse processo foi um acordo negociado sustentável, mas no final Djotodia e a aliança Séléka expulsaram Bozizé e o forçaram a sair do país. (Lombard, 2016)

O Acordo de Libreville, assinado por Bozizé em janeiro de 2013, objetivava criar um Governo de Unidade Nacional (GNU). Porém com a violação do acordo por parte dos Seleka, que contestavam que o descumprimento do mesmo por parte do

governo. Conflitos entre os Seleka e o governo estouraram e a aliança Seleka logrou assumir o controle da capital. Michel Djotodia, declarou-se presidente, tornando-se o primeiro líder muçulmano na história do país. Suspendeu a Constituição Nacional, dissolveu o GNU e a Assembleia Nacional e anunciou que governaria por decreto por pelo menos três anos (ABDENUR, 2017).

No momento em que Bozizé foi destituído do poder, a coerência interna da aliança também desapareceu, e quando Djotodia assumiu a presidência era a de um país com reservas financeiras praticamente zeradas. Portanto, ele não tinha os meios para manter a aliança, então ele tinha pouca escolha a não ser dissolvê-la. O problema é que, uma vez criada uma estrutura como a aliança Séléka, ela não desaparece simplesmente com base em uma ordem sem o respaldo de nenhuma autoridade real.

Os integrantes do grupo Séléka mantiveram suas armas, e sem ter condições de retornar para suas terras de origem muitos ficaram na região, particularmente os oriundos do Chade. Assim, os Sélékas, continuaram a ganhar a vida com base em tirar o que precisavam da população civil, e muitas das vezes das comunidades cristãs, que se constituem a maioria em Bangui e arredores. As comunidades cristãs estabeleceram as suas próprias milícias para se contrapor, como os grupos anti-balaka, muitas vezes baseados em ex-soldados do antigo exército de Bozizé, aumentando as possibilidades de conflito. (BOAS, 2014)

Após Djotodia anunciar a dissolução da aliança Seleka, em setembro de 2013, a escalada de violência continuou por diversas regiões da República Centro Africana, com o surgimento de novos grupos e fragmentos oriundos da antiga coalizão, diversas atrocidades em massa ocorreram no país. A forma como atuavam os antigos combatentes da Seleka era brutal, estuprando, saqueando, queimando aldeias, torturando e matando civis. Em janeiro de 2014 o presidente já não tinha mais controle da situação tornando-se insustentável sua permanência no poder. Com a mediação de Idriss Déby, presidente do Chade, Djotodia renunciou ao cargo. (ABDENUR, 2017).

O que começou como uma rebelião contra um presidente envolvido em corrupção terminou como um conflito sectário em formação, e é neste ambiente de violência comunal que as forças francesas e da União Africana devem restabelecer a lei e a ordem. Esta é uma missão muito desafiadora e delicada. Logisticamente, além da missão e o inimigo serem desafiadores, o próprio terreno apresenta

difficultades para as forças de paz, necessitando de uma logística forte para prover os meios necessários e uma janela temporal limitada pelos fatores climáticos da região.

Fatores históricos demonstravam que a França tinha uma preferência anterior por Bozizé, muitos dentre a minoria muçulmana entendem a presença francesa como uma tentativa de restaurar Bozizé ao poder e remover Djotodia, que foi o primeiro governante muçulmano do país, enquanto a maioria cristã da população abriga teorias de conspiração semelhantes sobre as forças do Chade, que fazem parte da missão da União Africana. O que já levou a manifestações e confrontos anti-francesas e anti-Chade, na capital, que resultaram em mortes. Assim, tornou-se ainda mais relevante que as forças internacionais ajam com cautela, e qualquer tentativa de desarmar as milícias deve ser equilibrada e não deve criar a impressão de que as forças francesas e a comunidade internacional estão lá para proteger a maioria cristã e sim para restabelecer a lei e a ordem para todos. (BOAS, 2014).

As Forças Armadas da República Centro Africana (FACA) foram desintegradas em março de 2013, fazendo com que nesse período o poder local fosse controlado por comandantes Séléka, que governavam cidades, mas dada a inexperiência e a falta de hierarquia destes, o descontentamento da população generalizou-se. Consequentemente surgiram vários grupos em oposição aos Séléka, denominados anti-Balaka, com algum grau de organização, criados para assegurar a defesa das populações locais (Lombard, 2016).

Ngaissona liderava o grupo de Coordenação Nacional dos libertadores da República Centro Africana (CNLPC) e mantinha ligação com o ex-presidente Bozizé e o *Front de Résistance* (FR), que era liderado por Capitão Kanizolaye e Léopold Bara, ambos opositores do regime (MEDEIROS, 2018).

Como resultado da evolução da situação na RCA, ao final de 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) por meio da resolução 2127 autorizou uma força de manutenção de paz africana, *African-led International Support Mission to the Central African Republic* (MISCA), para apoiar a missão dos franceses denominada Sangaris.

Muitos residentes cristãos, começaram a se organizar no que eles alegavam ser autodefesa em reação à ofensiva militar da Seleka no início de 2013, aumentando as milícias que foram nomeadas de anti-Balaka. Não eram reconhecidos como um grupo coeso com uma organização centralizada.

Permaneciam altamente fragmentadas e, em muitos lugares, nem mesmo eram denominados como "anti-Balaka". São grupos são tipicamente distinguíveis da Seleka e de outros grupos armados porque suas armas são mais precárias, improvisadas, não possuem roupas nem equipamentos militares.

Em 2013, ainda, grupos anti-Balaka lançaram um violento ataque sobre a capital Bangui causando a morte a mais de 600 civis e deslocação de 214.000 (Lombard, 2015). Atos violentos continuaram por todo o país, decorrendo um êxodo em massa de muçulmanos, em busca de refúgio em países vizinhos.

A comunidade internacional avaliou, com base do grande volume do êxodo populacional, e interpretou o conflito como sendo de cunho religioso entre mulçumanos e cristãos, diminuindo as tensões dentro de determinadas áreas com grupos anti-Balaka e fações Séléka. Segundo Lombarde (2015) e Dukhan (2016) as fações Séléka, consistiam nos seguintes grupos:

Popular Front for the Rebirth of Central African Republic (FPRC)	Conduzido por Michel Djotodia e Nourredine Adam. É a fação mais radical e rejeita o processo de desintegração, desarmamento e reintegração (DDR).
Patriotic Rally for the Renewal of Central African Republic (RPRC)	Formado em novembro de 2014 no seio das etnias Gula e Runga, e grupos árabes, com a área de influência nas áreas de Bria e Haute Kotto na região nordeste da RCA. O líder era o ex-Ministro do Petróleo e das Minas, Djono-Ahaba, que, por razões financeiras e políticas, se distancia da posição do FPRC, tendo uma posição mais conciliatória para com as autoridades de Transição da RCA.
Reformed Séléka for Peace and Justice (RSPJ)	Era liderado por Moussa Dhaffane, número dois da Séléka e Ministro das Águas e das Florestas durante o governo de Michel Djotodia, e mais tarde preso a mando deste, rapidamente se afastou dos seus antigos aliados, os quais, atualmente, representam a linha mais radical do ex-Séléka;
Patriotic Movement for the Central African Republic (PMPC)	Criado em julho de 2015 e liderado por Mohamed Bahar, de origem chadiana e que foi ex-Chefe das Informações

	Militares durante o governo de Michel Djotodia. A área de influência é a região de Kaga-Bandoro no centro da RCA.
--	---

Tabela 1 – Facções Seleka. (Imagem do autor)

Apesar de não serem tão bem equipados como os Seleka, os anti-Balaka são maior número em grande parte do país, e realizaram muitos ataques contra população mulçumana civil chegando até a retaliação generalizada e limpeza étnica, a partir de 2014. O que fez com que a comunidade internacional avaliasse como principal ameaça à estabilidade da RCA em alguns momentos de ondas de ataques na capital e no sudeste do país.

Portanto é importante que as forças internacionais deixem claro que não tiveram um papel direto na saída de Djotodia da presidência, mas que essa foi uma decisão que ele tomou após consultas internas e externas ao país. Boas (2014) considera que: as forças de manutenção da paz deveriam continuar a limitar-se a operações de lei e ordem e a encorajar o diálogo político e a reconciliação. O que aconteceu na RCA foi profundamente trágico, mas certamente não é genocídio e nem ainda é um conflito sectário em escala nacional.

A presença do Lord's Resistance Army (LRA) se posicionou principalmente no Leste e Norte da RCA, na grande reserva de Zemongo, nas proximidades de região rica em minerais, e também na disputada Kafia Kingi, na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul. A LRA atua contra o governo ugandense na RCA desde 2008, em particular. Um dos grupos armados mais antigos na África firmou um acordo bilateral com o governo de Uganda, em 2009 para permitir que as Forças Armadas de Uganda (UPDF) operassem em território centro-africano, com apoio financeiro e logístico dos EUA, gerando grandes perdas para o LR levando a retirada de Uganda do território centro africano em outubro de 2016.

Conforme ABDENUR (2017):

Apesar de analistas considerarem como baixa a probabilidade de que seja revertido o declínio do LRA, existe sempre a possibilidade de novas milícias emergirem a partir dessa fragmentação, como ocorreu com a Seleka. Por exemplo, em 2017, houve confrontos entre a UPC (grupo que fazia parte da coalizão Seleka) e uma nova coalizão formada por milícias anti-Balaka e a FPRC (também antes parte da Seleka) na região central do país. Além disso, novos grupos armados ilegais apareceram em outras regiões, como as forças de Retorno, Recuperação, Reabilitação (conhecidas como 3R ou RRR), que reivindicam proteger a população minoritária Fulani das milícias anti-Balaka. Para completar a paisagem nebulosa, as milícias e os grupos armados ilegais também têm atacado organizações humanitárias e as

forças de paz da MINUSCA. As dificuldades de rastrear as mudanças na configuração dos grupos armados ilegais, juntamente com a violência generalizada, prejudicam qualquer ordem que o governo tente manter. Nesse contexto, os atores externos têm desempenhado papéis diferentes e relevantes, que são apresentados na próxima seção.

As tropas francesas, junto as forças internacionais, tiveram um trabalho considerável no qual sua imparcialidade foi essencial nas questões relativas ao relacionamento entre as duas principais comunidades religiosas do país. Sem este cuidado as tensões poderiam facilmente se inflamar e muitos grupos, como Al-Qaeda, poderiam se aproveitar da oportunidade que isso lhes daria. Assim, é de suma importância que as forças internacionais ajam com cautela, e qualquer tentativa de desarmar as milícias locais deve ser conduzida com isso em mente. Segundo BOAS (2014) é importante ter equilíbrio e não deve criar a impressão de que a comunidade internacional está lá para proteger a minoria mulçumana ou a maioria cristã, mas apenas para restabelecer a lei e a ordem para todos.

Em março de 2016 Faustin-Archange Touadéra foi eleito presidente, após ter sido primeiro ministro do país entre 2008 e 2013. Professor doutor em matemática pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Lille (França), tornou-se reitor da Universidade de Bangui entre 2005 e 2008. Por ocasião de sua candidatura a presidência, prometeu buscar o desarmamento e "fazer da RCA um país unido, um país de paz, um país voltado para o desenvolvimento". Sob a ameaça de uma nova ofensiva por uma coalizão rebelde, em janeiro de 2021, Touadéra foi reeleito para um novo mandato.

CAPITULO 2 – A MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO INTEGRADA MULTIDIMENSIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (MINUSCA)

2.1. Histórico das missões de paz na RCA

Após sua independência da França, em 1960, a República Centro Africana passou por grande instabilidade política com diversas revoltas e insurreições entre grupos armados. Apenas depois de suas primeiras eleições presidenciais, em 1993, houve um aumento da influência internacional não francesa.

A República Centro-Africana vem sendo palco de diversas intervenções internacionais desde 1997 que serão abordadas neste tópico.

MISSÃO	PERÍODO	LIDERANÇA
MISAB	1997 - 1998	Gabão
MINURCA Missão da ONU na RCA	1998-2000	Nações Unidas
BONUCA Escritório de Apoio à Consolidação da Paz da ONU na RCA	2000-2009	Nações Unidas
FOMUC Força Multinacional na RCA	2003-2008	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
EUFOR Tchad/RCA	2007-2009	União Europeia
MINURCAT Missão das Nações Unidas na RCA e Chade	2007-2010	Nações Unidas
MICOPAX Missão de Consolidação da Paz na RCA	2008-2013	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
BINUCA Escritório Integrado de Consolidação da Paz da ONU na RCA	2009-2014	Nações Unidas
Operação Sangaris	2013-2016	França
MISCA Missão Internacional de Apoio à RCA	2013-2014	União Africana
EUFOR RCA Força da União Europeia na RCA	2014-2015	União Europeia
MINUSCA Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana	2014-presente	Nações Unidas

Figura 12 – Intervenções internacionais na RCA (Imagem do autor)

Em 1997 a Mission Inter africaine de Surveillance des Accords de Bangui (MISAB), foi criada, em janeiro do respectivo ano, por uma coalizão de países africanos. Composto por um total de cerca de 800 militares do Burkina Faso, Chade,

Gabão e Mali, e posteriormente por Senegal e do Togo, sob o comando militar do Gabão e com o apoio logístico e financeiro da França. (Canadá, 2018)

Atuando sob a égide do Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas, os membros do MISAB e os que prestam apoio logístico foram autorizados a garantir a segurança e a liberdade de circulação do seu pessoal. Tornou-se operacional em fevereiro de 1997 e foi autorizado em agosto de 1997 pelo Conselho de Segurança da ONU. Foi substituída pela MINURCA em abril de 1998.

Em novembro de 1997, o Secretário-Geral fez recomendações sobre mais apoio internacional após o término do mandato do MISAB. Embora os Estados membros participantes no MISAB estivessem dispostos a continuar a ajudar a República Centro-Africana na consolidação da paz, não tinham capacidade para o fazer sozinhos, pois a França se preparava para retirar todas as suas tropas e, conseqüentemente, o seu apoio logístico da missão em abril de 1998. O Secretário-Geral posteriormente recomendou o estabelecimento e desdobramento de outra operação de manutenção da paz autorizada pela comunidade internacional. Sob a resolução da ONU nº 1159 (1998), a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINURCA) entrou em vigor a partir de 15 de abril de 1998.

A primeira Missão das Nações Unidas no país foi realizada em 1998 denominada Mission des Nations Unies en République Centrafricaine. A MINURCA foi autorizada em março de 1998 pela ONU. Teve início em abril de 1998 para auxiliar na manutenção e aumento da segurança e estabilidade em Bangui e arredores, no intuito de supervisionar, controlar o armazenamento e monitorar a disposição das armas recuperadas no desarmamento feito pelo exército, auxiliar na capacitação da polícia nacional e fornecer aconselhamento e apoio técnico para eleições legislativas. Mais tarde, a MINURCA também foi mandatada para apoiar a realização de eleições presidenciais e supervisionar a destruição de armas confiscadas (PEACEKEEPING, 2000).

O efetivo empregado foi de 1.350 militares e 24 policiais civis, apoiados por funcionários civis internacionais e locais. Houve também uma provisão para 114 funcionários civis internacionais, 111 funcionários locais e 13 Voluntários das Nações Unidas. Oriundos de Benin, Burkina Faso, Camarões, Canadá, Chade, Costa do Marfim, Egito, França, Gabão, Mali, Portugal, Senegal, Togo e

Tunísia. Observadores adicionais das Nações Unidas de curto e médio prazo foram destacados durante as eleições legislativas entre novembro e dezembro de 1998 e as eleições presidenciais em setembro de 1999.

Em 22 de outubro de 1999, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1271 pela qual decidiu encerrar o mandato da MINURCA. Na mesma resolução foi decidido explorar a possibilidade de manter uma presença política das Nações Unidas após a retirada da MINURCA. Em 15 de fevereiro de 2000, a MINURCA foi substituída pelo United Nations Peacebuilding Support Office in the Central African Republic (BONUCA).

A Força Multinacional na República Centro-Africana (FOMUC), criada no final de 2002 pela Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) para conter a instabilidade política crônica na República Centro-Africana. É uma força armada multinacional africana não permanente sob a égide da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS). Constituída por contingentes militares dos Estados membros da ECCAS, tem por finalidade realizar missões de paz, segurança e ajuda humanitária. É chamado a intervir em particular em caso de agressão ou conflito em qualquer Estado-Membro, conflitos internos ou em caso de derrubada das instituições constitucionais de um Estado-Membro (MEDEIROS, 2018).

A FOMUC foi implantado na República Centro-Africana como parte da Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX) tendo duração até 2008.

A Força da União Europeia Chade e República Centro-Africana (EUFOR Chade/RCA) foi uma missão da União Europeia no Chade e na República Centro-Africana, autorizado em finais de 2007, pela mesma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a MINURCAT, uma força da ONU para treinamento policial e melhorar a infraestrutura judiciária.

O mandato da Força da União Europeia incluía a proteção de civis na sua área de operação do leste do Chade e no nordeste da República Centro-Africana, facilitar a entrega de ajuda humanitária e garantir a segurança de pessoal da ONU. A operação militar foi aprovada pelo Conselho da União Europeia em 15 de outubro de 2007. O comandante da operação da UE era o tenente-general irlandês Patrick Nash. A força foi anunciada com o efetivo de 4.300 soldados. Destes, 3.700

soldados foram implantados na operação, e uma reserva estratégica de 600 soldados ficou sob aviso na Europa. A missão teve início em fevereiro de 2008.

Em julho de 2008 a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) criou a Missão de Consolidação da Paz na República Centro Africana (MICOPAX) substituindo a Força Multinacional na Central África (FOMUC), a missão foi designada para ajudar na reestruturação das forças de segurança do país, acompanhar o processo de transição para a reconciliação nacional e coordenar ajuda humanitária. Apesar deste mandato bastante abrangente, o seu pessoal foi quase inteiramente de militares. Com uma equipe total de menos de 700 integrantes, que recebe recursos financeiros e logísticos da UE e da França, as capacidades da missão e suas contribuições, foram limitadas durante grande parte de 2012. No entanto, trabalhou para mitigar o risco de violência em larga escala, atuando como um intermediário entre os grupos rebeldes, o exército da RCA e autoridades locais. As suas missões de escolta também tiveram efeitos dissuasivos, mas são insuficientes para garantir a proteção dos civis no norte (MEDEIROS, 2018).

Com mais de 240.000 refugiados sudaneses fugindo para o leste do Chade, do conflito em Darfur, acompanhados por aproximadamente 45.000 refugiados da República Centro-Africana (RCA). Com os cerca de 180.000 chadianos deslocados pela guerra civil no leste do país, e as tensões crescentes entre as comunidades da região foi criada a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINURCAT) foi estabelecida pela resolução 1778 (2007) do Conselho de Segurança em 25 de setembro de 2007, a fim de contribuir para a proteção de civis, promover os direitos humanos e o estado de direito e promover a paz regional. A Missão completou seu mandato em 31 de dezembro de 2010, de acordo com a resolução 1923 (2010) do Conselho de Segurança e a pedido do Governo do Chade, que havia assumido total responsabilidade pela proteção de civis em seu território.

A força autorizada da MINURCAT era de 300 policiais, 25 militares de ligação, 5.200 militares e um número adequado de civis. Após a retirada da MINURCAT, a equipe nacional da ONU e o Escritório Integrado de Consolidação da Paz da ONU na República Centro-Africana (BINUCA) permaneceram no país para continuar a trabalhar em benefício do povo chadiano.

O Secretário-Geral da ONU naquela oportunidade considerou que “a MINURCAT foi uma operação de manutenção da paz incomum e única das Nações Unidas, pois

foi dedicada exclusivamente a contribuir para a proteção de civis, sem um mandato político explícito. Passou pelas etapas de planejamento, implantação e retirada no curto espaço de menos de quatro anos, suportando adversidades em cada uma” (PEACEKEEPING, 2010).

A *Bureau Intégré De L'organisation des Nations Unies en Centrafrique* (BINUCA) foi o Escritório Integrado das Nações Unidas na RCA que permaneceu após a retirada da MINURCAT. Sua missão foi de apoiar o restabelecimento da autoridade estatal nas províncias, garantir que existissem resultados no governo, apoiar esforços para realçar os direitos humanos e a ordem pública. (Lombard, 2015)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a um reforço na missão através da resolução 2121, em setembro de 2013, devido a necessidade de se tomar medidas para aumentar a eficácia da presença da BINUCA no país. Os principais esforços foram para o apoio à prevenção de conflitos e assistência humanitária, apoio para a implementação do processo de transição, a promoção e proteção dos direitos humanos, apoio à estabilização das condições de segurança e a coordenação dos atores internacionais envolvidos na execução das tarefas executadas.

Com a mobilização de milícias populares uma grande onda de violência, ao final de 2011, originou uma resposta da comunidade internacional, que foi avaliada como uma resposta lenta. Inicialmente com a Operação Sangaris (2013-2016) através de uma força militar francesa, composta por 1200 militares, que foi considerada ineficaz, devido a transferência de efetivos para uma outra operação no Mali. Abrindo espaço para as forças Séléka ganharem força e se tornarem mais resilientes enquanto a força Sangaris empregou seu esforço principal nos grupos anti-Balaka (Lombard, 2015). Em 10 de abril de 2014, a BINUCA foi incorporada à nova operação de manutenção da paz, a MINUSCA.

Foi estabelecido em 5 de dezembro de 2013 a Missão de Apoio Internacional liderada por africanos na África Central (MISCA) criada pelo Conselho de Paz e Segurança (PSC) da União Africana com o total apoio das Nações Unidas. Criada pela resolução 2127 do Conselho de Segurança das Nações Unidas para estabilizar o conflito no país após um golpe de estado em março de 2013.

A força da MISCA em 2014 era composta por 5.097 soldados e 602 policiais de 10 países africanos, juntamente com um componente civil substantivo que lida com

questões como direitos humanos, desarmamento, gênero, ligação humanitária e assuntos políticos.

A MISCA foi complementada pela operação francesa de 2.000 soldados, durante a Operação Sangaris, e por uma força da União Européia (UE) que enviou suas primeiras tropas para a RCA em abril de 2014 e atingiu um efetivo total de tropas e policiais de cerca de 800. Vigorou até 15 de setembro de 2014, quando foi substituída pela MINUSCA (ABDENUR E KUELE, 2017).

European Union Force (EUFOR RCA) foi uma missão de paz da União Européia mandatada pelas Nações Unidas em Bangui, capital da República Centro-Africana. O objetivo da missão foi estabilizar a área após mais de um ano de conflito interno. O acordo sobre a missão foi alcançado em janeiro de 2014, e as primeiras operações começaram no final de abril. A missão encerrou seu mandato após quase um ano em 15 de março de 2015

A EUFOR RCA iniciou a sua primeira operação assumindo a segurança do Aeroporto Internacional de Bangui, em 30 de abril de 2014. O efetivo inicial consistia em 150 soldados, e foi contribuído pela antiga potência colonial França e pela Estônia. Posteriormente tropas da Finlândia, Geórgia, Letônia, Holanda, Polônia, Portugal, Romênia, Espanha e Luxemburgo. Em 15 de junho, alcançou plena capacidade operacional com 700 soldados com o objetivo de garantir um ambiente seguro na área de Bangui e passar a missão para tropas africanas com um efetivo maior para dar continuidade.

2.2. Histórico da MINUSCA

O Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o envio da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) em 10 de abril de 2014.

A principal prioridade da missão era proteger os civis população sob ameaça de violência física na RCA, sem prejuízo da responsabilidade primária das autoridades do país. Em 15 de setembro de 2014, a Missão de Apoio Internacional liderada pela África na República Centro-Africana (MISCA) transferiu sua autoridade para a MINUSCA, de acordo com a resolução 2149 (2014) (VERMEIJ, 2022). Inicialmente a missão incluía uma força de 10.000 militares, acrescida de 240 observadores militares, 200 funcionários e 1.400 policiais (LOMBARD, 2016).

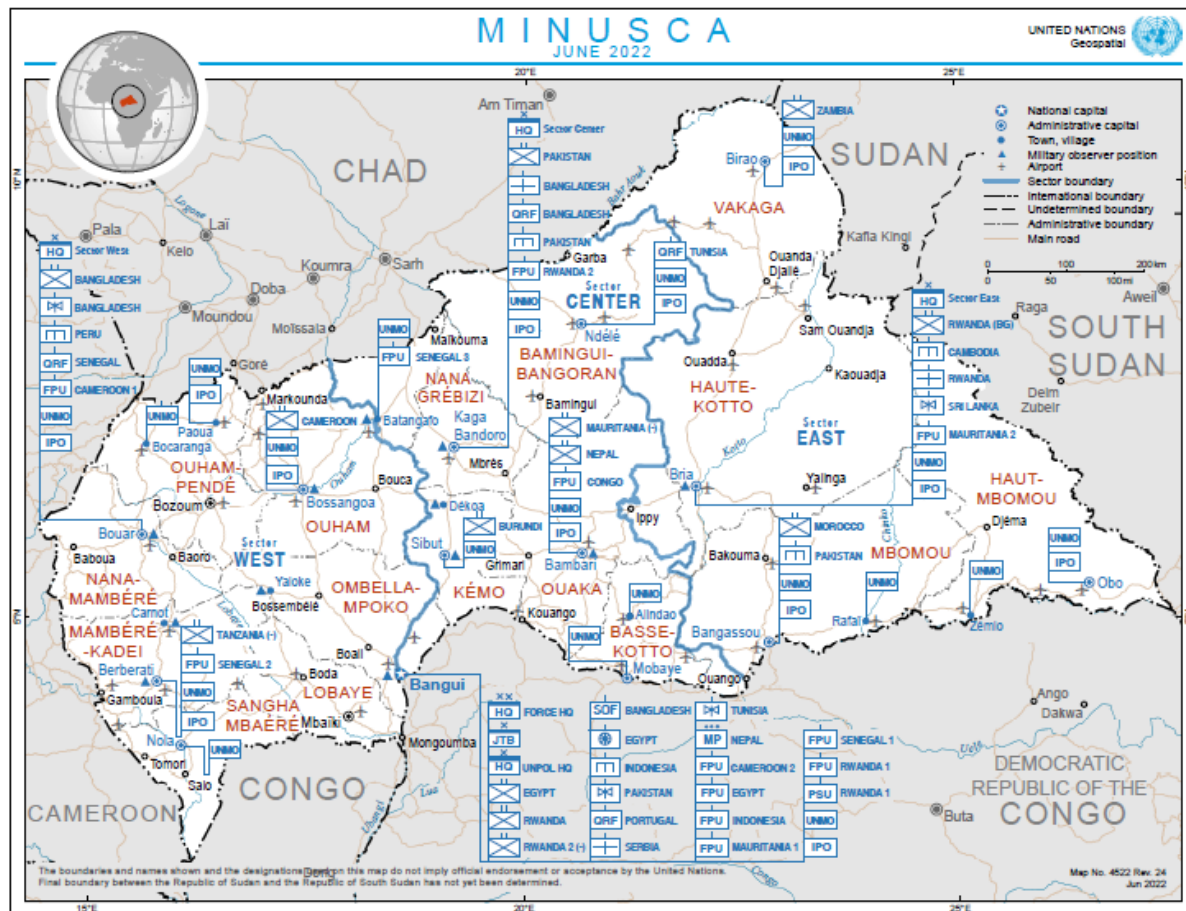


Figura 13- Componentes da MINUSCA (ONU, 2022)

Apesar da presença da MINUSCA e da assinatura de vários acordos de paz, os ciclos de violência persistiram. Com o apoio da MINUSCA, os acordos de paz realizados através da transição para as eleições democráticas de 2015/2016, vencidas pelo presidente Touadéra. O acordo de paz, no entanto, foi rompido no final de 2016, e a violência aumentou em 2017 (ABDENUR, 2017).

Em outro esforço para alcançar a paz, em 6 de fevereiro de 2019, o Governo da RCA e 14 grupos armados reconhecidos assinaram o Acordo Político para a Paz e Reconciliação (*Accord Politique pour la Paix et Reconciliation en Republique Centrafricaine*) (APPR-RCA). Ao contrário dos acordos de paz anteriores, o acordo de 2019 foi assinado na capital Bangui, trazendo a promessa de viabilidade do acordo (VERMEIJ, 2022).

O acordo de paz de Cartum foi negociado pela UA com a bênção da ONU e apoio discreto da Rússia. A UA supervisionou as negociações de paz e prestou apoio político, a ONU prestou apoio técnico e logístico. Como os grupos armados

controlam a maior parte do território, um acordo de compartilhamento de poder foi aceito pelo governo em troca da interrupção da violência e um processo de DDR (*Disarmament, Demobilization and Reintegration*). O acordo estipulava a formação de um novo governo que incluiria os líderes dos grupos armados, também como a obrigatoriedade do desmantelamento dos postos de controle tributários, o fim da violência, o envio de pessoal do Estado em todo o país e um processo de DDR (International Crisis Group, 2019).

Apesar de passos promissores, até o final de 2019, pouco progresso havia sido feito. Em 2020, o conflito na RCA teve novos acontecimentos importantes. Antes das eleições, foi formada uma nova coalizão de seis grupos armados signatários do Acordo Político, a *Coalition of Patriots for Change* (CPC). Na esteira das ofensivas armadas no início de 2021, os seis grupos armados signatários renunciaram o seu apoio ao acordo político de 2019. O CPC lançou uma ofensiva contra o governo e assumiu o controle de muitas grandes cidades, incluindo os arredores de Bangui. Embora o presidente Touadéra tenha sido reeleito em janeiro de 2021 a maioria dos cidadãos da RCA não pôde votar devido a ameaças representadas por grupos armados, falta de identidade nacional e problemas de acesso (Security Council Report, 2021).

Com o aumento da violência e ataques de grupos armados, principalmente aqueles filiados ao CPC, o governo lutou para manter o controle da capital. Com uma resposta inicial limitada à violência da MINUSCA, o governo solicitou reforços militares de Ruanda, por meio de um acordo de cooperação bilateral para fortalecer a contraofensiva contra os grupos armados.

Além do apoio das tropas ruandesas, a RCA recebeu assistência militar da Rússia. Juntas, as Forças de Ruanda e da Rússia são às vezes conhecidas como *Bilaterally Deployed Forces* (BDF). O envolvimento russo na RCA foi aumentado em dezembro de 2020, quando pelo menos 300 'instrutores militares' foram enviados ao país a pedido do presidente Touadéra. Porém a Rússia anunciou a retirada de militares em janeiro de 2021 depois que Touadéra foi reeleito. (Ramami, 2021) No entanto, as forças de segurança russas permaneceram no país. Entrevistas e pesquisas documentais sugerem que essas forças de segurança são compostas por *Private Military Company* (PMCs) e militares do Estado russo (Security Council Report, 2021).

A presença de PMCs russos alterou a dinâmica em várias partes da República Centro Africana. As Forças Armadas apoiadas por PMCs e BDFs repeliram os grupos armados, recuperando o controle do território, incluindo as áreas de mineração de diamante e ouro. A presença das PMCs russas e o aumento da violência têm desafiado a capacidade da MINUSCA de implementar efetivamente seu mandato, incluindo o mandato de proteger a população civil. A situação de segurança permanece frágil, devido aos contínuos combates entre as forças estatais apoiadas pelas PMCs e BDF e grupos armados, principalmente afiliados ao CPC. Os confrontos entre esses atores armados resultaram em um aumento nas mortes de civis relacionadas ao conflito, principalmente resultantes' uso excessivo de força' pela FACA e PMCs (UNSC 571, 2021).

Embora a estratégia do governo de envolver outros atores de segurança pareça ter tido algum sucesso em expulsar os grupos armados de seus redutos, não é uma solução sustentável. Após reeleição de Touadéra a Rússia anunciou sua retirada em janeiro de 2021 (RAMANI, 2021). Porém as forças de segurança russas permaneceram no país.

Permanece uma falta de clareza sobre seu tamanho e disposição, mas uma distinção entre as BDF e as PMCs deve ser feita. Esta ação ofensiva cortou as linhas de comunicação que eram vitais para a implementação e coordenação do APPR-RCA. Além disso, a ação não aborda as queixas subjacentes e os motivadores do conflito, nem garante a paz.

Houveram esforços para tentativa de acordos de paz. Inicialmente, após as eleições de 2021, o governo anunciou a formação de uma iniciativa de diálogo republicano. A iniciativa envolveu partidos, grupos religiosos e representantes da sociedade civil, porém não incluiu grupos armados. Posteriormente em setembro de 2021, os Chefes de Estado e de Governo da *International Conference on the Great Lakes Region* (ICGLR) se reuniram para discutir as questões referentes aos conflitos na RCA (UNSC 867, 2021). Seguiram um roteiro que busca revitalizar o processo de paz na RCA e pediram a declaração de cessar-fogo pelo governo.

Em 15 de outubro de 2021, o presidente Touadéra declarou um cessar-fogo unilateral que foi seguido pela organização de um diálogo republicano em março de 2022 em Bangui. O diálogo excluiu a *Coalition des patriotes pour le changement* (CPC) e foi boicotado pelos principais líderes da oposição política.

O relatório final do Painel de Peritos sobre a República Centro-Africana prorrogado de acordo com a resolução 2588 (2021) do Conselho de Segurança, realizado no período junho de 2021 a maio de 2022. O período também foi marcado por um aumento de incidentes de ferimentos ou morte de civis causados por artefatos explosivos improvisados e minas antipessoal, provavelmente decorrentes de outros conflitos na região. Liderando a coalizão do CPC, a *Unité pour la paix* en Centrafrique (UPC) ampliou sua área de atuação até a fronteira sudanesa.

Com relação aos recursos naturais, uma evolução positiva tem sido o crescente volume de diamantes das zonas compatíveis com o Processo de Kimberley no oeste da República Centro-Africana entrando no comércio oficial, reduzindo assim o tráfico. O Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK) é um mecanismo internacional que visa evitar que diamantes minerados de maneira ilegal financiem conflitos armados e prejudiquem o mercado e o comércio de diamantes brutos.

Apesar do cessar-fogo, houveram registros de hostilidades armadas continuarem acontecendo entre as forças armadas nacionais e grupos armados afiliados à coalizão do CPC. Os conflitos continuam a ser acompanhados por graves violações e abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Civis têm sido vítimas de assassinatos indiscriminados. Os múltiplos ataques sofridos pelo pessoal humanitário tornaram a República Centro-Africana um dos lugares mais desafiadores para trabalhar para os trabalhadores humanitários, limitando o acesso humanitário em meio a necessidades cada vez maiores. Além disso, o recrutamento, uso e abuso de crianças por grupos armados, além de casos de violência sexual relacionada a conflitos.

Deployed number of personnel as of May 2022



Authorised number of personnel



Figura 14 - Efetivo da MINUSCA em maio de 2022. (ONU, 2022)

Segundo a ONU (2022) a MINUSCA, em maio de 2022, tem um total de 16.241 envolvidos na missão sendo 14.733 militares e 1508 civis nas seguintes funções: 11.578 tropa de carácter militar, 148 observadores militares, 414 oficiais de pessoal, 2.593 polícias, 1.230 pessoal civil e 278 voluntários da ONU. Houveram 147 fatalidades com envolvidos da força de paz.

É atualmente a terceira maior missão das nações unidas, muito próximo das duas primeiras em número total de participante como se pode ver no gráfico abaixo (ONU, 2022):

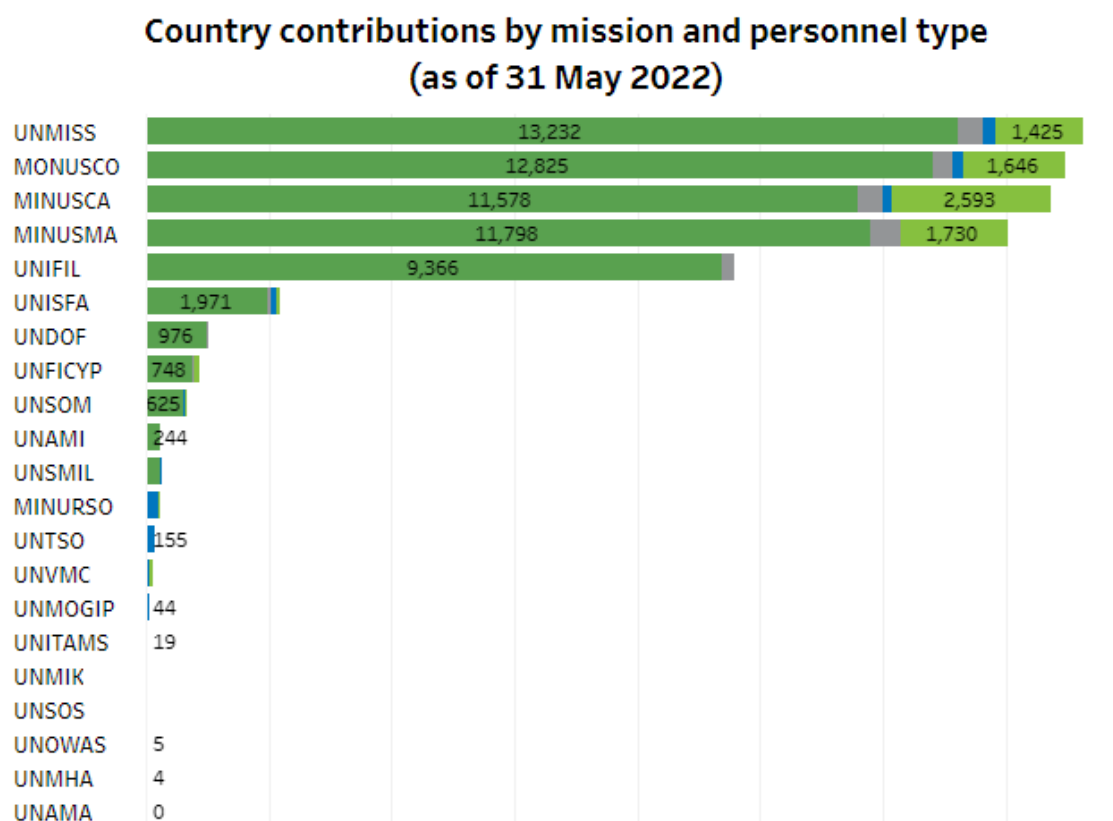


Figura 15 - Efetivo das missões da ONU em maio de 2022. (ONU, 2022)

Em 22 de novembro de 2017, o subsecretário-geral da ONU para Operações de Manutenção da Paz, Jean-Pierre Lacroix, realizou o convite oficial ao governo brasileiro para contribuir com tropas para a MINUSCA. Embora o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais tenham realizado preparativo de tropas, levantamento de dados, planejamento preliminar separação de pessoal e até iniciado os adestramentos necessários para atender a nova missão, o governo brasileiro decidiu por não aceitar o convite da ONU.

As demandas internas, com destaque para o provimento de assistência militar pelo governo federal para a contenção da crise de refugiados venezuelanos no estado de Roraima e a deflagração da intervenção federal, através das Forças Armadas, na segurança pública do estado do Rio de Janeiro no começo de 2018 podem ter sido fatores relevantes para a resposta negativa do governo. O convite oficial por parte da ONU serviu de reconhecimento da contribuição das Forças Armadas Brasileiras serviu como uma forma de reconhecimento dos trabalhos realizados nas últimas décadas em regiões de conflito, como no Haiti (ANDRADE, 2019).

A realização de uma missão na RCA para as tropas brasileiras seria de elevado valor monetário, politicamente arriscada, e de certa forma com risco elevado de perdas pessoais e materiais. O envio de tropas para operações de paz importantes, como as do Haiti, da República Democrática do Congo e da República Centro-Africana, é considerado como uma oportunidade interessante para que as Forças Armadas se aprimorem em cenários de conflitos reais e complexos, além de uma forma de galgar posição mais elevada no concerto político internacional. A ausência prolongada do Brasil no cenário de missões de paz da ONU pode representar risco ao protagonismo internacional do país, minando o capital político e as capacidades técnicas adquiridas ao longo das últimas décadas (ANDRADE, 2019).

CAPÍTULO 3 - A TROPA PORTUGUESA E USO DA FORÇA NA MINUSCA

Dentre os países que mantem tropa atualmente na MINUSCA, podemos destacar a presença das forças armadas portuguesas que com uma Companhia, com 189 militares, denominada Quick Reaction Force (QRF), que vem cumprindo diversas missões operacionais como: escoltas, patrulhas motorizadas, cerco e busca, patrulhas de reconhecimento de longo raio de ação, patrulha de longo raio de ação, operações de controlo de terreno e infraestruturas chave, defesa de terreno e infraestruturas chave, escolta aérea a coluna terrestre, reconhecimento aéreo e missões de *Close Air Support* (CAS). O primeiro contingente realizou um total de 125 missões, fazendo por diversas vezes uso da força, em um teatro de operação que se destaca pelo elevado risco e exigência (MEDEIROS, 2018).

Em algumas situações as tropas operaram fora da área de uma base segura, apoiados pelo fogo com elementos armados em defesa das populações desprotegidas, diversas vezes com necessidade de apoio de helicópteros.

O segundo contingente realizou, inclusive, operações ofensivas de longa duração, uma de 28 e outra de 31 dias, com a finalidade de expulsar grupos armados que se encontravam em cidades abandonadas pela sua população. Medeiros (2018) destaca “As operações, embora de caráter ofensivo, foram realizadas no âmbito da operação de manutenção de paz. Com efeito, o *mind set* para as operações de manutenção da paz não está habitualmente focado para realizar ações ofensivas”.

Através de entrevistas a oficiais das forças portuguesas, Medeiros (2018), pôde elencar algumas lições e oportunidades que demonstram a necessidade de um escalar no uso da força na missão que é definida como de manutenção da paz pela ONU. Como exemplo destacou o emprego de operações noturnas por apresentar maior vantagem sobre os grupos armados, porém com riscos e tempo de deslocamento não eram autorizados. O emprego de apoio aéreo foi considerado fundamental pelas características do teatro de operações, com ausência de malha viária e grandes áreas cobertas por vegetação, além do uso como elemento de

dissuasão dos grupos armados e elevação da moral da tropa. A ausência de blindagem das viaturas empregadas e o poder de fogo orgânico da mesma foi considerado fator de aumento da exposição e limitação do poder de combate e com isso foi adicionada uma metralhadora ao plano de carregamento em cada equipe de comandos, de cinco homens, para aumentar o poder de combate. A ausência de blindagem nas viaturas logísticas junto ao deslocamento rodoviário precário, realizado em baixas velocidades foi uma limitação que aumentava os riscos das operações.

Diante de relatos como os das forças portuguesas pode-se observar a complexibilidade do uso da força durante o emprego de forças armadas, treinadas para guerra, diante de situações que envolvem tarefas variadas como ajuda humanitária, treinamento policial, escoltas até tarefas de enfrentamento a grupos armados com grande variedade de armamento e munições.

Braga (2018) faz um paralelo entre a estrutura teórica de Clausewitz, que foi fundamental para o entendimento das guerras modernas e a compreensão do uso contemporâneo da força em nome da comunidade internacional, principalmente na manutenção da paz, que tradicionalmente segue os princípios do consentimento, imparcialidade e uso da força apenas em legítima defesa. Estes princípios que são praticamente opostos aos conceitos de guerra.

As operações de paz, em sua criação no contexto da Guerra Fria, pretendiam auxiliar na negociação de conflitos e evitar as guerras, evitando ao máximo o uso da força. Porém na década de 1990 o surgimento de operações de paz mais complexas com intervenções humanitárias aumentou as condições que possibilitavam o uso da força em nome da comunidade internacional incorporando características de guerras convencionais como uso de blindados, artilharia, helicópteros, explosivos, entre outros.

A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) passou pela escalada do uso da força em nome da comunidade internacional em missões de manutenção de paz. No decorrer da missão, com a evolução dos conflitos internos, se fez necessário o aumento das

ações pelas tropas envolvidas. Nesse aspecto do uso da força Aguilar (2016) destaca:

República Democrática do Congo (RDC), localizado na região central do continente africano, após a independência da Bélgica em 1960 viveu um histórico de conflitos que resultaram em diversas operações de paz conduzidas pela ONU. Na década de 1960, a *United Nations Operation in the Congo* (ONUC) teve seu mandato inicial voltado para assistência militar ao governo que foi modificado quando o CSNU autorizou, “em caso de necessidade” e “como último recurso”, o uso da força para prevenir a ocorrência da guerra civil naquele país. Com a deteriorização da situação e o movimento pela independência na província de Katanga, o CSNU autorizou o Secretário Geral da ONU (SGNU) a “agir vigorosamente, incluindo o uso de medidas de força necessárias” para apreensão, detenção e/ou deportação de militares, paramilitares e assessores políticos estrangeiros atuando naquele país. Na década de 1990 um novo conflito, intensificado com o deslocamento de tutsis e hutus principalmente para a região congoleza dos Kivus, resultou na tomada do poder, em 1996, pela Aliança das Forças Democráticas Pela Libertação do Congo-Zaire (AFDL), liderada por Laurent Désiré Kabila, auxiliado por Uganda e Ruanda, quando o país foi rebatizado como República Democrática do Congo (RDC). Esse fato ficou conhecido como a Primeira Guerra do Congo.

Outras operações foram autorizadas a proteger civis sob ameaça de violência como nos casos do Timor Leste, Kosovo, Congo, Costa do Marfim, Haiti e Sudão, dentre outras. Segundo Aguilar (2016) entre 1999 e 2009, dez operações de manutenção da paz foram dotadas desta tarefa de proteção de civis e/ou uso da força.

No mandato da MINUSCA algumas das tarefas prioritárias deixam o uso da força implícito em caso de necessidade, como por exemplo:

- Implementar plenamente sua estratégia para a proteção de civis em coordenação com as autoridades da África Central, a equipe das Nações Unidas no país, organizações de ajuda humanitária e direitos humanos e outros parceiros interessados;
- Tomar medidas ativas, em apoio às autoridades centro-africanas, para antecipar, afastar e combater eficazmente qualquer ameaça grave ou credível contra a população civil, utilizando uma abordagem abrangente e integrada, e a este respeito;
- Assegurar a proteção efetiva e dinâmica de civis sob ameaça de violência física por meio de uma abordagem abrangente e integrada, em particular antecipando, dissuadindo e pondo fim a todas as ameaças de violência

dirigidas contra a população, em consulta com as comunidades locais e apoiando ou engajando nas iniciativas de mediação local para evitar a escalada da violência, de acordo com os princípios fundamentais da manutenção da paz, e os surtos de violência entre grupos étnicos ou religiosos rivais;

- Manter um desdobramento preventivo e uma presença móvel, flexível e robusta, inclusive organizando patrulhas ativas, principalmente em áreas de alto risco;
- Colaborar com as autoridades para identificar e relatar ameaças e ataques contra civis, implementar planos de prevenção e resposta existentes e fortalecer a cooperação civil-militar, incluindo planejamento conjunto;
- Auxiliar as autoridades na prevenção, mitigação e combate à ameaça representada por artefatos explosivos;

Braga (2018) aborda a relação entre o uso da força e a noção de inimigo. Os meios de guerra são definidos como o uso da força ou a ameaça do uso da força, e o nível da força está ligado ao objetivo de impor sua vontade sobre o inimigo, usando da força suficiente para atingir seus propósitos políticos, não usando força maior do que o suficiente para atingi-los. Porém o emprego da força em uma situação de manutenção de paz torna-se mais complexo, estando diretamente relacionado a noção de poder político.

Aplicando essas definições ao teatro de operações da MINUSCA não há um inimigo definido, porém para cumprir as tarefas de proteção de civis, já mencionadas, podem surgir forças contrárias que devem ser dissuadidas de forma imparcial, em legítima defesa dos militares ou da população local, a fim de evitar risco a vida destas pessoas. E nessas situações o uso da força se faz necessário.

Em 2004, na República Centro Africana, houve o aumento dos conflitos, destacando-se os embates entre os antigos 'libertadores' e as forças armadas incluindo rebeliões no norte do país, principalmente nas áreas rurais o que gerou acusações de violação dos direitos humanos por parte das forças de segurança nacionais. Já em 2012 com a coalizão Séléka formada contra o governo, conseguindo depor o presidente e mantendo seu grupo fortemente armado

cometendo ataques contra a população, gerando a criação de milícias locais Anti-Balaka contribuindo para grande número de refugiados e esse contexto social motivou o estabelecimento da *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine* (MISCA). (AGUILAR, 2016)

Diante deste conflito armado existente no país, as forças de paz são empregadas tendo que cumprir suas tarefas com a possibilidade de embates que exigem, em algumas situações, o uso da força semelhante ao emprego em uma guerra convencional, mantendo suas proporções.

Braga (2018) traz o conceito de manutenção de paz tradicional e robusta, no qual a primeira originada logo após a Segunda Guerra Mundial como uma ferramenta que não recorria do uso da força, exceto em auto defesa, com características de intervir temporariamente sem efeitos na política interna. Com o final da guerra fria e reformulações por meio de mandatos intraestatais com maiores pretensões, muitas vezes reconhecendo e até encorajando o uso da força.

No âmbito do conselho de segurança ao longo dos anos houveram adaptações no conceito do emprego das operações de paz. A partir do século XXI o conceito de responsabilidade de proteger (RtoP) passou a ser usado com o caráter preventivo na proteção da população e na responsabilidade do Estado com os pilares básicos da responsabilidade primária do país de origem, responsabilidade da comunidade internacional em apoiar o governo local e de agir em caso de falha do governo local. A RtoP visa reduzir o caráter político e conferir maior legitimidade as intervenções internacionais (BRAGA, 2018).

Em termos bélicos o uso da força não é definido como algo rígido, ele é proporcional a ameaça, podendo aumentar ou diminuir de acordo com a atualização do cenário. Pode se iniciar pela simples presença de uma força uniformizada na região, emprego de viaturas blindadas nas ruas e evoluir até o uso das armamento letal, emprego de artilharia, misseis, foguetes e o que um estado for capaz de produzir para este fim. Nesse sentido Braga (2018) traz o conceito de espectro do uso da força na comunidade internacional que vai da manutenção de paz absoluta até a guerra absoluta passando por uma “*Gray Zone*”, ao qual se encontram as manutenções de paz robustas, em que poderia se enquadrar a MINUSCA.

Pode-se observar a complexidade das operações de manutenção de paz atuais, através da teoria apresentada e dos relatos das tropas portuguesa. Cresce de importância identificar a variedade de emprego dessas forças e a necessidade de

se estudar e planejar as operações com o emprego do uso da força visando a garantir a segurança da população local e das tropas de maneira proporcional as ameaças sem ultrapassar os limites pré-estabelecidos pela comunidade internacional.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa foram apresentadas as características históricas e geopolíticas que influenciaram na atual situação política, econômica e social gerando diversos conflitos internos na República Centro Africana desde a sua independência, ao ponto da comunidade internacional ter decidido intervir no estado por inúmeras vezes. Também foram pontuadas as principais características e atividades realizadas pela MINUSCA desde o seu estabelecimento e analisado o emprego do uso da força no contexto de uma missão de manutenção da paz.

O entorno estratégico da República Centro Africana é um fator que teve influência em sua evolução como república, cercado por países que vivenciaram conflitos violentos e de baixo desenvolvimento econômico junto a fatores geográficos como a extensa área de fronteiras e ausência de saída para o mar aumentam a possibilidade de exploração ilegal e dificultam a possibilidade de comércio.

Sua população vive cerca de 60% em áreas periféricas afastada das maiores cidades, com alta taxa de analfabetos, baixa expectativa de vida, com grande divergência religiosa, limitada prestação de serviços essenciais como educação, saúde, segurança pública e transportes. Essas características segregam a população e dificulta a resolução dos conflitos. Além da precária rede de telecomunicações e mídias de transmissão de TV e Rádio que são usadas em grande parte pelo governo.

Os aspectos logísticos que podem afetar o emprego de tropas brasileiras são diversos e devem ser levados em conta numa possível participação brasileira na missão. O modal aéreo é reduzido com apenas um aeroporto internacional localizado na capital, com condições de receber, de um total de 41 pistas de pouso. O modal terrestre tem rodovias precárias com poucas distâncias asfaltada, e o trajeto até o porto mais próximos em Douala, Camarões, está a 1400 km de Bangui. Não há ferrovia direta do porto de Douala até Bangui, o que demandaria de transposições de carga, navio-trem-caminhões. O modal aquaviário que poderia ser utilizado em direção ao Oceano Atlântico é limitado ao Rio Bangui que se liga ao Rio Congo com duração de 21 dias de deslocamento ente Bangui e Brazzaville, capital da República do Congo.

Após o processo de descolonização feito pela França, concretizada em 1960, a RCA passou por um período com diversas acusações de fraudes eleitorais, tentativas de golpe de estado, instabilidade política e conflito entre grupos armados e atores governamentais. O apoio francês a determinados candidatos gerou manifestação popular pela possível interferência externa. O que aumenta de importância a imparcialidade da comunidade internacional.

O aumento das tensões em 2013, com ataques do grupo anti-Balaka a capital Bangui deixaram mais de 600 mortos e gerou atos violentos por todo país, aumentando o êxodo em massa de mulçumanos, em busca de refúgios nos países vizinhos. A comunidade internacional entendeu os conflitos como sendo de cunho religioso entre cristãos e mulçumanos. E nesse contexto foi estabelecida a missão de estabilização integrada multidimensional das nações unidas na República Centro Africana.

Mesmo passando por diversas intervenções internacionais desde a sua independência foi observado que os conflitos armados ainda se fazem presentes no país. Bem como os problemas políticos, que se confundem com os conflitos armados, não parecem ter uma solução imediata. Acordos refeitos, em 2019, na tentativa de diminuir as tensões e alcançar a paz davam esperança de tempos melhores até que ações de grupos contrários ao governo em 2021 e a renúncia ao acordo adiaram a resolução dos problemas.

A quantidade de atores estatais, e não estatais, envolvidos no teatro de operações gera uma grande dificuldade de coordenação das missões e de resolução dos problemas no nível político. Acordos envolvendo dezenas de grupos armados, atuação da comunidade internacional com diversos países enviando tropas, emprego de companhias militares privadas no território nacional, diálogo entre partidos políticos, grupos religiosos, ONG's e a sociedade civil são dificuldades que podem afetar diretamente o planejamento das operações humanitárias.

O convite realizado pela ONU ao Brasil para compor a missão em 2017 sinalizou o reconhecimento internacional e apesar de não ter sido aceito por decisões políticas sinaliza um possível emprego em momento oportuno, na RCA ou em outro país assim que houver necessidade e mudança no entendimento político brasileiro, o que traz a importância de se manter tropas de pronto emprego em

condições de serem enviadas a qualquer momento. Nesse sentido a Marinha do Brasil certificou perante a ONU, em abril de 2022, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz de Emprego Rápido (*'Quick Reaction Force'*) no mais alto nível de prontidão existente, o nível 3.

A atuação das forças portuguesas na República Centro Africana dá uma dimensão básica do teatro de operações, apresentando as dificuldades encontradas e diversas lições aprendidas que devem ser observadas em um emprego em missões semelhantes.

A análise do uso da força na MINUSCA busca tentar enquadrar a missão num contexto teórico que é de complexa compreensão por tratar se de uso de forças armadas, treinadas para guerra, sendo empregadas num contexto de uma missão de paz, que em certos momentos se desenvolvem em ações letais de combates, passando por postura não letais de operações de paz e chegando ao apoio de assistência humanitária. Essas características exigem treinamento específico, a fim de que todos os integrantes tenham a noção das ações a serem tomadas dentro da imparcialidade e proporcionalidade fazendo o uso da força apenas em legítima defesa.

Desta forma conclui-se que a República Centro Africana ainda precisa de resolução para diversos problemas internos no nível político e militar, tendo a MINUSCA tarefas importantes para auxiliar o governo, mas que isoladas podem não ser suficientes. O envio de tropas para missões de paz levanta a necessidade de se estudar e planejar as operações com o emprego do uso da força visando a garantir a segurança da população local e das tropas de maneira proporcional as ameaças sem ultrapassar os limites pré-estabelecidos pela comunidade internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, S., et al. **O Uso da Força nas Operações de Paz e o Direito Internacional: Algumas Considerações**. In: XIII CADN Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, Rio de Janeiro – RJ, 2016.

ANDRADE, I., FRANCO, L., FILHO, E., **A atuação do exército brasileiro em operações de paz das nações unidas**. Brasília: CEEEx, 2019.

BALULA, J., et al. **O teatro de operações da república centro-africana – Atual ambiente operacional. 2018** - Instituto Universitário Militar – Lisboa, Portugal.

BILA, A. **Estados fracassados: os desafios da análise geopolítica da república centro-africana** - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Rio de Janeiro, RJ.

BRADSHAW, R. A., RIUS, J. F., 2007. *The History Files*. Disponível em: <www.historyfiles.co.uk/FeaturesAfrica/AfricaCAR_Dar-al-Kuti01.htm> Acessado em: 27 de julho de 2022.

BRAGA, V. **Between absolute war and absolute peacekeeping**. In: Peter Nadin. (Org.). *The Use of Force in UN Peacekeeping*. 1ed.London: Routledge, 2018, v. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD34-M-04: Manual de Transporte para uso nas Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

CAMPOS, L., et al. *O conflito na república centro africana – Série Conflitos Históricos UNESP – V-3, n.1* , Fevereiro 2016.

CIA, CIA World Factbook, 2021. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/about/archives/2021/countries/central-african-republic/>>. Acessado em: 25 de julho de 2022.

DUKHAN, N., **The Central African Republic crisis**. 2016. GSDRC, University of Birmingham, Birmingham - UK.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Central-African-Republic>>. Acessado em: 25 jul 2022.

ETC, 2022. *Emergency Telecommunications Cluster*. Disponível em: <<https://www.etcluster.org/emergencies/central-african-republic-conflict>>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

GJEPC. (2013). “KP intercessional concorda em suspender parcialmente a proibição de exportações de diamantes da CAR”. Disponível em: <www.kimberleyprocess.com/er>. Acessado em 28 de julho 2022.

GLOBAL SECURITY, 2022, Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/car-maps.htm>>. Acessado em: 25 de julho de 2022.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2019. Making the Central African Republic Latest Peace Agreement Stick', Africa Report No. 277. Disponível em: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/277-makingcars-latest-peace-agreement-stick.pdf>>. Acessado em: 15 de setembro de 2022.

IPIS, 2014. *Mapping Conflict Motives: Central African Republic*. Disponível em: <<https://ipisresearch.be/home/maps-data/maps-of-car/>>. Acessado em: 02 de agosto de 2022.

LOMBARD, L., **State of Rebellion - Violence and Intervention in the Central African Republic**. 1ª edição ed. Londres: Zed Books, 2016.

LUZ, F. **Análise da infraestrutura e do fluxo logístico para o envio de tropas e manutenção das operações na República Centro-Africana**. 2021 - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Rio de Janeiro, RJ.

MEDEIROS, G., et al. **As forças terrestres na república centro-africana, o caso português**. 2018 - Instituto Universitário Militar – Lisboa, Portugal.

PEACEKEEPING, 2000. Central African Republic - MINURCA Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/minurcaF.html>>. Acessado em 06 de setembro de 2022.

PEACEKEEPING, 2010. Missão das Nações Unidas da MINURCAT na República Centro-Africana e Chade. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/minurcat/mandate.shtml>>. Acessado em: 07 de setembro de 2022.

PEACEKEEPING, 2022. Minusca fact sheet. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minusca>>. Acessado em 02 de setembro de 2022.

RAMANI, S., 2021. Russia's Strategy in the Central African Republic. Disponível em: <<https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/russias-strategy-central-african-republic>>. Acessado em: 16 de setembro de 2022.

SECURITY COUNCIL REPORT, 2021. Monthly Forecast, Central African Republic'. Disponível em: <<https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2021-06/central-african-republic-11.php>> Acessado em: 16 de setembro de 2022.

SOARES, A., **Perfil dos principais atores não estatais envolvidos na república centro-africana e suas capacidades**. 2018 - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – Rio de Janeiro, RJ.

UNSC 571, 2021. Report of the Secretary-General United Nations S/2021/571. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/secretary-generals-reports/?ctype=Central%20African%20Republic&cbtype=central-african-republic>. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

UNSC 867, 2021. Report of the Secretary-General United Nations S/2021/867. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/secretary-generals-reports/?ctype=Central%20African%20Republic&cbtype=central-african-republic>. Acessado em: 22 de setembro de 2022.

VERMEIJ, L., et al. **UN Peacekeeping Operations at a Crossroads: The Implementation of Protection Mandates in Contested and Congested Spaces**. 2022 - Norwegian Institute of International Affairs – Oslo – Noruega.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Central African Logistics Infrastructure**. Disponível em: <https://dlca.logcluster.org/display/public/DLCA/2.2+Central+African+Republic+Aviation>>. Acesso em 22 de setembro de 2022.